

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PILINTRA E DIREITO À CIDADE: PEDAGOGIAS
QUE EMERGEM DA LUTA POR MORADIA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

JOÃO PAULO GONÇALVES FERREIRA RANGEL

04/2021

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PILINTRA E DIREITO À CIDADE: PEDAGOGIAS
QUE EMERGEM DA LUTA POR MORADIA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) no Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para Exame de Qualificação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas,
Linguagens e Tecnologia

Orientador: Celso Sánchez

Rio de Janeiro, RJ
Janeiro/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

João Paulo Gonçalves Ferreira Rangel

**“EDUCAÇÃO AMBIENTAL PILINTRA E DIREITO À CIDADE: PEDAGOGIAS QUE
EMERGEM DA LUTA POR MORADIA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO”**

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 16/03/2021

Em conformidade com a Resolução nº 5.257 de 25/03/2020 e a Ordem de Serviço PROPGPI nº 3 de 02/07/2020, esta ata vai somente por mim assinada, atestando que a defesa ocorreu com a participação dos componentes abaixo listados.

Prof. Dr. Celso Sánchez (orientador)

Prof. Dr. Carlos Frederico Loureiro (avaliador externo)

Prof.^a Dr.^a Adriane Ogêda (avaliadora externa)

Prof. Dr. Tiago Ribeiro (avaliadora externo)

Prof. Dr. Leonardo Castro (avaliadora interno)

Dedico este trabalho a todos e todas que em algum momento de suas vidas se depararam com a indiferença e a injustiça dos que se julgam donos de uma racionalidade superior; especialmente aos moradores das ocupações urbanas Manoel Congo e Mariana Crioula, que me ensinaram o verdadeiro significado de coragem e dignidade. Obrigado!

Agradecimentos especiais

Aos moradores das ocupações Manoel Congo e Mariana Crioula, pelos ensinamentos de solidariedade, força e organização para a luta. Obrigado!

À Lurdinha e Janete, pela generosidade e confiança em mim depositada em tempos tão difíceis de endurecimento político e pandemia. Obrigado!

À Bárbara Fortes, Anne, Bárbara Pelacani, Carol, Clementino, Daniel Renault, João Marcelo, Mahalia, Marcelo Aranda, Sônia, Stephanie, Tita, ao GEASur, pela amizade, pelo acolhimento, por caminhar junto, pelo incentivo, pela troca e pela parceria de sempre! Obrigado!

Ao meu orientador, Celso Sanchez, pela lucidez, sensibilidade, paciência, generosidade, consciência e prática coletiva. Obrigado!

À Marina, minha mulher, pela parceria, sacrifício e cumplicidade sem as quais este trabalho não seria realizado. Obrigado!

À Madalena, minha filha, que do alto de seus dois anos e meio de idade me ensina, transforma e civiliza todos dias. Obrigado!

À Wânia, minha madrinha por escolha, que me lembra a todo momento quem eu sou, de onde eu vim e para onde devo ir, ressaltando sempre a importância e a força da ancestralidade em nossas vidas. Obrigado, tia!

À Carmen, minha falecida mãe, maior de todos os mestres e mestras que tive e que cuidadosa e persistentemente formou um aluno-professor-pesquisador das coisas do mundo. Não há como agradecer de maneira satisfatória a quem me deu a vida e apontou caminhos. Você sempre morará em mim.

Resumo

A presente pesquisa busca a observação, identificação e reconhecimento dos saberes que emergem das práticas coletivas de luta por moradia e direito à cidade na região central do Rio de Janeiro, configurando-se como práxis pedagógica emancipatória e orgânica desenvolvida no diálogo com o território com o objetivo de promover a superação das relações assimétricas de poder que o estruturam. Para isso, buscamos discutir os valores sociais e as narrativas que constituem de maneira inarticulada e imperceptível o espaço geográfico. A observação do meio, assim como a pesquisa bibliográfica empreendida, mostra que somente crítica ontológica, ou seja, uma reflexão filosófica e crítica a respeito do ser humano e do ser das coisas, pode gerar transformações concretas e duradouras sobre a relação sociedade/natureza. A luta por reconhecimento social, como única alternativa à barbárie, leva a movimentos de reconstrução da sociabilidade, colaboração e solidariedade humanas; elementos constantemente atacados pelo capital em sua tentativa de gerenciamento de corpos e espaços. Destaco assim, o papel fundamental exercido por certas tecnologias sociais ancestrais que, sendo aqui reunidas, compõem o que resolvi chamar de Educação Ambiental Pilintra. Esta última representa um escopo de táticas coletivas e “formas de fazer” que, mesmo fragmentadas e espalhadas pelo território, se apresentam como contraponto à ideia de cidade como mercadoria, além de uma forma de escapar à lógica normativa da colonialidade.

ABSTRACT

The present research seeks to observe, identify and recognize the knowledge that emerges from the collective practices of struggle for housing and the right to the city in the central region of Rio de Janeiro, configuring itself as an emancipatory and organic pedagogical praxis developed in the dialogue with the territory with the aim of promoting the overcoming of the asymmetrical power relations that structure it. For this, we seek to discuss the social values and narratives that constitute in an inarticulate and imperceptible way the geographic space. The observation of the environment, as well as the bibliographic research undertaken, shows that only ontological criticism, in other words, a philosophical and critical reflection about the human being and the being of things, can generate transformations on the relationship in between society and nature. The struggle for social recognition, as the only alternative to barbarism, leads to movements for the reconstruction of human sociability, collaboration and solidarity; elements constantly attacked by capitalism in its

attempt to manage bodies and spaces. Thus, we highlight the fundamental role played by ancestral social technologies that, gathered here, make up what I decided to call Pilintra's Environmental Education and which represents a scope of collective tactics, strategies or simply "ways of living and doing things" that, even fragmented, and scattered throughout the territory, are presented as a counterpoint to the idea of the city as a commodity, as well as a way of escaping the normative logic of coloniality.

Palavras-chave

Colonialidade; educação ambiental de base comunitária; território; totalidade; práxis.

Sumário

Introdução -----	10
A constatação de um problema -----	10
Notas biográficas e a escolha do objeto de estudo -----	13
A cidade como objeto de desejo -----	19
Alguns dados sobre habitação no Rio de Janeiro -----	21
1. Perspectiva teórica -----	25
1.1 “Dignidade”, “Habitus”, “Poder Disciplinar” e “Colonialidade do Poder” -----	25
1.2 Racismo e Capitalismo: uma pedagogia colonial -----	33
1.3 Ontologias do Sul -----	37
1.3.1 Ancestralidade e vida coletiva: A história da cidade como um guia de pesquisa -----	38
1.3.2 Uma educação ambiental <i>pilintra</i> -----	43
2. Abordagem teórico-metodológica -----	48
2.1 Entre teoria e prática -----	48
2.2 Teoria, prática e cadernos de campo -----	50
2.3 A conversa como método e o método como luta -----	51
2.4 Produção e motivação pessoal na pandemia -----	54
3. Observação e pesquisa de campo -----	56
3.1 Visita à ocupação Manuel Congo -----	59
3.2 Pedagogias que emergem da luta -----	68

3.3 Um convite inesperado -----	72
3.4 Visita à Ocupação Mariana Crioula -----	73
3.5 Ancestralidade e identidade -----	77
Considerações finais -----	84

Introdução

A constatação de um problema

O tema deste trabalho tem origem na indignação. Não considero aceitável que a cidade moderna, seja – no centro ou na periferia do sistema, nos países da vanguarda capitalista ou nos de modernização tardia e com todas as infâmias, injustiças e desigualdades observáveis em todos esses lugares – percebida como a expressão mais elevada da potencialidade humana no diálogo com o meio ambiente. O que não significa que, mesmo diante da barbárie que a produziu e ainda a produz, não seja possível civilizá-la de fato, neutralizando as perversões que a originaram e permitindo sua ressignificação como construção coletiva. Para isso, há que se prestar atenção às práticas corriqueiras de existência e resistência em grupo diante da violência colonial. Práticas que são sempre pedagógicas, à medida em que proporcionam aos indivíduos a construção de autonomia, isto é, uma autoconstrução do humano, não a partir da lógica da escassez, mas sim da abundância, valorizando não o que supostamente falta nos lugares e nas relações humanas segundo determinada régua civilizatória, mas aquilo que eles têm a oferecer em termos de pistas, trajetos e experiências que possam colaborar tanto para a construção do conhecimento quanto para a promoção de bem-estar social.

Nesse sentido, urge ouvir o que se produz na “periferia” do Sistema-Mundo a partir das respostas a uma gramática normativa imposta desde o seu "centro", ignorando as relações ecológicas que se desenvolvem em qualquer ambiente habitado. Procurarei discutir aqui a relação sociedade/natureza a partir da observação do meio urbano, mais especificamente de determinados elementos que as andanças pela cidade do Rio de Janeiro deste pretendo pesquisador e professor em formação demonstraram ser importantes para a elaboração de um olhar mais humano e generoso sobre a dita cidade moderna. O que se busca são novas possibilidades de produção do espaço geográfico densamente povoado.

Acredito que os processos coletivos e inventivos que nela surgem devam ser analisados e devidamente divulgados, de modo a permitir transformações sociais significativas que visem a reduzir os danos que o ser humano tem causado a si mesmo e ao planeta. Refiro-me a todos os movimentos sociais que lutam por justiça social, territorial e ambiental que, ao meu ver, apontam

novas direções e anunciam o novo mundo que está sendo gestado enquanto o antigo entra em declínio. Resta saber se haverá tempo suficiente para permitir seu desenvolvimento e amadurecimento antes do colapso ambiental que se apresenta.

Mas como então entender a cidade de forma ampla, de maneira que possamos aproveitar ao máximo suas possibilidades? Creio que encontrando e valorizando processos que se percebem ou não pedagógicos e que sejam voltados para produção coletiva do espaço, exatamente o contrário do que pregam os valores privatistas que a constituíram. Vendê-la como uma mercadoria é justamente o que pretendem os interesses coloniais, mas, pelo contingente populacional que ela abarca, obviamente seu significado escapa a qualquer definição pré-concebida. É urgente nos darmos conta disso se o que queremos é o crescimento coletivo de nossa espécie. A recuperação de nossa autonomia e controle sobre o sentido de nossas ações frente à antropofagia inerente ao modo de produção capitalista e colonial, no entanto, dependerá do quanto seremos capazes de evitar a transformação do meio e de nós mesmos em mercadoria. Para desarmar essa bomba, não teremos alternativa senão exaltar as iniciativas sociais que compreendem que a cidade não pode ser concebida unilateralmente, isto é, a partir apenas de suas edificações e do resultado final do processo produtivo, ou seja, pelas cicatrizes deixadas no espaço pelos indivíduos, desconsiderando as relações humanas que dão origem a qualquer marco territorial. Como bem observou João do Rio (2007, pág. 16), “a rua nasce como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento...”. Observar a cidade unilateralmente, significa tornar invisíveis os corpos que, ao verterem tais líquidos, a edificaram física e, principalmente, simbolicamente. Apagando as narrativas referentes a esses corpos e colocando a cidade como resultado de um processo inexorável e alheio aos indivíduos. O fato é que tal visão parte do pressuposto que a cidade é a prova cabal de que ao homem é possível dominar e superar a natureza. Mas a cidade, por mais que pensada a partir de um centro de poder, não tem como abandonar sua vocação para o encontro. Se por um lado ela é a ode a uma racionalidade superior, por outro ela é a representação máxima do intercâmbio entre diversas racionalidades. Dessa forma, os usos que os indivíduos dão a ela, podem subverter totalmente, e por vezes o fazem, os sentidos pretendidos pelo olhar domesticador que parte do centro do poder e suas sucursais. Processos inventivos de produção do modo de vida são capazes de criar espaços autônomos de produção de identidades e sentidos da realidade que muitas vezes contrariam as pretensões das metrópoles coloniais, recusando a subserviência, o desencantamento e o desaparecimento.

Algumas iniciativas coletivas da sociedade civil organizada por vezes tornam-se bem-sucedidas e os conflitos que deflagram mostram que não é a cidade que civiliza os homens, ao contrário, ao ser humano é possível buscar a beleza em meio à barbárie, sendo possível um ganho civilizacional e, portanto, pedagógico, apesar da revolução comportamental que a ideia de cidade representou e ainda representa. Os movimentos de luta por moradia são prova disso.

Movimentos populares espontâneos e autônomos de luta por moradia têm origem na necessidade de sobrevivência, mas também na indignação e na recusa da morte. Como afirmou Paulo Freire, o oprimido se educa quando, antes de tudo, se dá conta de que é oprimido. Dar-se conta de que não só a moradia, mas a segurança pessoal e a livre circulação pelo espaço urbano são um direito significa buscar na narrativa do opressor, do detentor de privilégios sociais, portanto territoriais, o argumento que, utilizado contra ele mesmo pode frear o seu ímpeto domesticador, como o capim que brota na fenda do muro. Acredito, dessa forma, que os movimentos sociais, mesmo que ainda estejam longe de se fazerem representar devidamente a toda sociedade, representam processos pedagógicos sofisticados de autocriação e ampliação de horizontes. Sendo assim, o objetivo desta investigação passou a ser, acima de tudo, identificar as estratégias pedagógicas que emanam da luta por moradia, sem perder de vista o contexto em que se deu o desenvolvimento urbano brasileiro, tributário que é de um capitalismo tardio e periférico, subserviente e complementar às necessidades produtivas das economias centrais.

Entender o percurso de constituição da cidade do Rio de Janeiro, desde o momento de sua fundação, impõe conhecer a política de ocupação do território da maior colônia portuguesa e uma leitura das diferentes temporalidades e especificidades da produção/reprodução do seu espaço. A política de criação das cidades, na Colônia, explica porque o espaço territorial urbano, no Brasil, é caracterizado pela forte presença do Estado, que nele intervém a todo o momento, sempre em defesa de interesses privados. Há que se observar que todas as intervenções urbanas aqui realizadas ocorreram sem a participação popular e até contra ela. Exemplo disso foi a violenta ação contra os cortiços, desencadeada a partir de 1892, na administração de Barata Ribeiro. O maior deles, o “Cabeça de Porco”, foi destruído por um contingente formado pela cavalaria, pela infantaria e pela polícia civil, chefiados pelo prefeito em pessoa. A autoridade policial teve um papel preponderante na ação de “higienizar” a zona portuária. Estabeleceu-se uma relação sujeito/objeto, poder público/cidade, que era profundamente autoritária. Sabe-se que, em todas as sociedades, as classes hegemônicas sempre tiveram suas ideias transformadas em “leis”, em ordenamentos. Na medida

em que esses ordenamentos, baseados em ideias pré-concebidas sobre tempo e espaço, tornam-se totalizantes, de tal forma que não se pode estar no mundo sem conhecê-los e aceitá-los como suas próprias ideias, entra-se num terreno muito perigoso. Isso ocorre, principalmente, se o poder de vigilância é grande, reduzindo as possibilidades que as camadas populares têm de usar o espaço, entendido como atualização do lugar, de maneira diferente daquela que está instituída. A polícia, não à toa, foi a instituição convocada para garantir a ordem, que significava controle sobre a população, principalmente a mais pobre.

Notas biográficas e escolha do objeto de estudo

Minha trajetória acadêmica começou na escola Laudímia Trota, uma escola estadual localizada no bairro da Tijuca, na Avenida Maracanã, próxima ao Quartel Central da Polícia do Exército e ao Hipermercado Extra. Lá permaneci até a antiga terceira série, que corresponde hoje ao quarto ano do ensino fundamental. Com a greve dos professores da rede pública em 1989, fiz a quinta série – atual sexto ano – numa escola particular em Laranjeiras, o Liceu Franco Brasileiro, onde minha mãe conseguiu um bom desconto na mensalidade por ter trabalhado anteriormente com a coordenadora pedagógica da escola e ter com ela estabelecido uma relação de amizade. Um ano depois, passei no concurso e fui estudar no Colégio Pedro II, onde permaneci até o final do ensino médio. Em seguida, prestei vestibular e passei para o curso de Ciências Econômicas da UERJ, onde comecei a estudar em 1997. Concluí o curso em 2001 e comecei a trabalhar no mundo corporativo, numa empresa distribuidora de petróleo e derivados, a Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, cuja sede fica em São Cristóvão, próxima à Quinta da Boa Vista. Lá passei por diversos setores: Vendas, Crédito e Cobrança e, por fim, Logística de Combustíveis e Lubrificantes. Rapidamente descobri que não era aquilo que eu desejava fazer para o resto da minha vida e foi esse sentimento que me levou a fazer outra faculdade. Optei pela Licenciatura em Ciências Sociais oferecida pela Universidade Cândido Mendes em função do desconto que esta instituição oferecia àqueles que já possuíam uma graduação e comecei a cursá-la no ano 2004, concluindo-a no ano de 2008.

Um ano antes da conclusão do curso de Ciências Sociais, abandonei meu antigo emprego na CBPI e fiz o curso de formação de formadores oferecido pela Fundação Darcy Ribeiro, cuja sede fica em Santa Tereza, para me preparar para formar professores do ProJovem. O ProJovem

foi um projeto idealizado e realizado pelo governo federal com o objetivo de promover a aceleração da escolaridade de jovens de 15 a 29 anos que ainda não haviam concluído o ensino fundamental. Essa foi uma das minhas melhores experiências vividas já na nova profissão de docente. Conheci muitos lugares escondidos, e por anos esquecidos, do Brasil. E tive contato aquilo que Darcy Ribeiro chamava de “Brasil profundo”, mudando muito a visão de educação que eu possuía até então.

Terminada minha contribuição ao ProJovem, comecei a dar aulas de Geografia, ainda no ano de 2010, na escola EDEM, uma escola particular localizada no Largo do Machado, na zona sul carioca, e de Sociologia e Geografia no Colégio Graham Bell. Este último era um colégio técnico que funcionava no prédio do sindicato dos telefônicos, o SINTEL, localizado na rua Moraes e Silva, na Tijuca. E essa foi outra grande experiência vivida como professor. No Graham Bell, os professores orientavam seu trabalho de maneira interdisciplinar – incorporando inclusive as disciplinas técnicas nessa forma progressista de enxergar a educação – e trabalhavam por projetos. Entendendo que se deve partir do mundo para a teoria e não o contrário. Eram constantes as reuniões em que discutíamos a relação entre teoria e prática e de que forma essa relação impactava o trabalho realizado em sala de aula. Partíamos do pressuposto que não existia de fato o abismo entre os dois conceitos. Abismo esse observado muitas vezes no senso comum, mas construído institucionalmente e, às vezes, intencionalmente. Teremos a oportunidade de esclarecer melhor esse ponto mais adiante.

No ano de 2012, comecei a cursar a especialização em Sociologia Urbana da UERJ devido ao fato de ter começado a me envolver com o tema da urbanização das cidades durante as aulas de geografia que eu ministrava tanto na EDEM quanto no Graham Bell. Durante o curso comecei a me apropriar de conceitos importantes como “ecologia urbana”, “gentrificação”, “direito à cidade” e outros, sempre partindo do pressuposto que existem desigualdades no processo de apropriação dos espaços da cidade que obedecem a uma hierarquia de poderes e, conseqüentemente, de valores, muitas vezes inarticulados, que organizam essa mesma cidade, decidindo antecipadamente os possíveis usos dos espaços de acordo com determinados critérios nem sempre justos e nobres, mas que contribuem para a manutenção de certos privilégios.

Em 2014, defendi meu trabalho de conclusão da pós-graduação. Na minha pesquisa investiguei o passado e o presente da Vila Operária da Gamboa, uma das tantas habitações populares de característica modernista construídas no período Vargas e que tinham por objetivo dar conta do

déficit habitacional crescente em uma economia em expansão agravado por um êxodo rural que já começava a exercer certa pressão sobre as cidades, principalmente, à época, Rio de Janeiro e São Paulo. Mas a vida é uma eterna busca e os caminhos percorridos geram novos questionamentos e inconformismos.

A indignação que originou este trabalho transformou-se em busca por autoconhecimento e amadurecimento. Dar-me conta do horror e da violência institucionalizados que constroem e reconstroem a cidade não foi um processo simples, muito menos automático. Ler textos jornalísticos e acadêmicos ou assistir ao telejornal não substituem a experiência vivida, apesar de complementarem-na. Mesmo para um professor de geografia como eu, de quem é esperada a transmissão dos conhecimentos vinculados ao ambiente, certas entranhas da engrenagem só se tornam visíveis se o observador efetivamente se mistura ao meio, no lugar de observá-la à distância. Hoje tenho consciência que minhas andanças por ruas e bairros do Rio de Janeiro, mais do que respostas, ajudaram-me a reelaborar perguntas e, de certa forma, foram as grandes responsáveis pela constituição do próprio objeto de estudo.

O ensino da geografia, então, abriu-me os olhos para a cidade como organismo vivo. Meu estudo de conclusão na pós-graduação em Sociologia Urbana consistia em uma pesquisa acerca das iniciativas governamentais de construção de moradias populares no Brasil – especificamente no Rio de Janeiro – no início do século XX. Diversas vilas operárias surgiram em um contexto de reorganização das forças produtivas capitalistas em nosso território. As fábricas e empresas maiores já não se responsabilizavam mais pela moradia de seus empregados. Novos problemas habitacionais surgiam em meio a um fluxo cada vez maior de pessoas rumo às áreas economicamente mais desenvolvidas e com maior oferta de empregos do “sul maravilha”. O aumento da competitividade e a busca por maiores taxas de lucro, por outro lado, desestimulavam o investimento em habitações populares por parte das empresas e o problema era empurrado para o poder público.

Entrevistando os moradores da Vila Operária da Gamboa, percebi que mesmo o estilo arquitetônico modernista, que caracterizava boa parte dessas habitações, não dava conta completamente das necessidades e anseios de seus moradores. Muitos deles, inclusive, viviam temerosos de que as autoridades públicas os submetessem a sanções, multas ou outras penalidades pelas modificações estruturais em tais edificações. Temor justificado, já que boa parte das construções modernistas, fossem destinadas a moradia popular ou não, eram consideradas

verdadeiras “obras de arte” pela narrativa oficial e muitas já nasciam tombadas. Isso chamou minha atenção para o fato de que qualquer entendimento do mundo se dá *a posteriori*, não sendo jamais possível antecipá-lo. O que torna fundamental o desenvolvimento de uma escuta sensível a todas as interpretações disponíveis acerca de um lugar.

A tradição marxiana nos aconselha a olhar a História a partir do conflito entre os diversos grupos que participam das dinâmicas sociais. Antes, no entanto, é necessário compreender e demonstrar – através da desnaturalização do olhar sobre estruturas simbólicas e de poder que são muitas vezes naturalizadas – a existência de cada um deles.

Fato é que o “olhar do poder” possui muito menos interesse na explicitação dos conflitos do que os grupos sociais que por algum motivo se encontrem subjugados ou invisibilizados. Para os grupos oprimidos, por outro lado, a visibilidade desses embates é fundamental e dela depende a própria sobrevivência. Dessa maneira, para uma maior precisão de qualquer recomposição histórica que se pretenda, é aconselhável para um pesquisador partir da perspectiva dos “de baixo”. Tal constatação foi determinante na escolha do objeto e da abordagem desta pesquisa. Não há qualquer chance de ser bem sucedida uma reconstrução teórica das dinâmicas sociais urbanas que nos marcaram sem que se dê o devido destaque à perspectiva dos desterrados e dos humilhados. Durante muito tempo, como morador do Centro, práticas sociais espontâneas de resistência à gentrificação e ao desterro passaram-me despercebidas. Isso porque saber de sua existência não é de fato percebê-la. Por cinco anos eu morei a uma esquina da sede do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). “Ver de longe”, no entanto, não é o suficiente para compreender o papel desse movimento e outros dessa natureza na pacificação do ambiente urbano. Eles nos mostram que o “ver de perto” significa um “implicar-se” e um “comprometer-se” que vêm com a necessidade do compartilhamento como princípio de civilidade e nos obriga a descer do altar, do andor, do palanque ou do pedestal para nos percebermos povo. Foi observando de longe os eventos comemorativos em frente ao prédio da Ocupação Manuel Congo, sede do movimento social citado e mote desta reflexão, que me abri para uma percepção da cidade que escapava inteiramente a que eu então possuía, obviamente em decorrência da minha trajetória estar marcada por uma outra experiência de classe, que, como veremos, não depende da renda, mas de hábitos e comportamentos específicos estimulados desde a mais tenra infância a depender das possibilidades de cada família.

Filho de professores que sou, sempre tive acesso às melhores instituições escolares disponíveis. Fui aluno do Colégio Pedro II, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj em dois momentos, da Universidade Cândido Mendes e, agora, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio. Dentro da minha casa sempre se falou sobre política. Minha mãe, Carmen Maria Gonçalves Ferreira Rangel, era abertamente brizolista e, como funcionária da Secretaria Estadual de Educação, participou diretamente do projeto de implantação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), cuja idealização recebeu o crivo de um dos grandes educadores que o Brasil produziu, o professor e antropólogo Darcy Ribeiro, com o qual ela trabalhou, muitas vezes de maneira bastante próxima.

Entretanto, mesmo as famílias mais progressistas, se acostumadas a certo conforto proporcionado por suas coordenadas sociais privilegiadas, podem reproduzir preconceitos ou distinções sociais infundadas estimuladas pela lógica capitalista e pelas diversas instituições pelas quais passamos e que o mundo moderno nos oferece. No meu caso, o mínimo que se pode dizer é que se eu não era contrário às táticas utilizadas pelos movimentos de luta por moradia, eu não era suficientemente favorável aos mesmos e não os considerava, como faço hoje, guardiães e produtores de um modo de vida fundamental à superação das crises ambiental e do conhecimento que enfrentamos atualmente. É por esse motivo que uma educação libertadora pressupõe necessariamente algum nível de desconstrução e/ou desestabilização interna.

Por esses e outros motivos acredito que a arte, se não for a melhor, é, ao menos, a única maneira de tentar descrever a minha sensação ao constatar os limites da visão de cidade que eu possuía até então. A poeta fluminense Luciene Nascimento, moradora de Quati, na região do Vale do Paraíba, no poema “Lucidez” sintetizou, assim, sem saber, o meu processo de transformação interna:

*“... Aprendi recentemente que vivo no caos,
que é preciso estar lúcida do caos vivido
e é necessário conhecer a nossa história
não contada,
ter na mente o maior número de livros lidos,
contar em roda essas histórias e ouvir atenta
quem despertou pra lucidez muito antes de nós,
acumular saberes para, com sabedoria,*

*providenciar que mesmo longe escutem
nossa voz
e que essa voz seja de tal maneira articulada
que até quem não viveu ou não entenderia
seja tocado para não só se emocionar,
mas, de tão desassossegado,
querer se movimentar no dia a dia.
Finalmente estar minimamente organizado
ao conduzir com lucidez toda essa dor
que a gente sente
Recomendo se benzer para enfrentar o fim
do ano
que por vezes, sem notar, marca também
o fim da gente...”*

(Nascimento, 2021, pág. 119)

Dessa forma, algumas questões importantes devem ser feitas: é possível atingir e manter a neutralidade ou imparcialidade diante de qualquer situação que se pretenda estudar de maneira mais profunda? A neutralidade realmente existe? É possível separar o pesquisador do indivíduo? A ciência que se pretende rigorosa realmente o é, ou ela, ao buscar uma suposta imparcialidade, apenas adota de forma acrítica os pressupostos ontológicos da ordem dominante? Creio que a simples elaboração dessas perguntas seja suficiente para mostrar ao leitor o quão cético eu sou acerca da razão tecnicista, que se pretende universal, pairando intocada sobre nós e sobre o mundo. Por outro lado, acredito que não é porque eu considero a neutralidade da ciência algo inalcançável, que eu não creia que ela possa ser objetiva. Se assim fosse, não haveria de fato produção científica e o conhecimento humano estaria resumido a um simples jogo retórico, um teatro de convencimentos. No entanto, tal objetividade só pode ser alcançada mediante a explicitação clara e honesta de todos os parâmetros e pressupostos adotados em dada investigação. O método em si é mais importante, creio eu, do que o próprio resultado da pesquisa, mas é fundamental que este, por sua vez, assim como quem o aplica, assuma e reconheça sua condição de transitoriedade e incompletude, no lugar de se pretender modelo. Sobre isso falaremos mais adiante. Por ora,

gostaria apenas de deixar claro que tempos como os de agora não deixam à maioria dos pesquisadores outra alternativa a não ser posicionar-se diante da constatação da injustiça e do desrespeito.

A cidade como objeto de desejo

A cidade se afigura como algo maior que seus habitantes, impossibilitando-lhes qualquer intervenção, prerrogativa do poder público. O objetivo da fundação dessa cidade nada tinha a ver com a implantação do modelo colonial de povoamento. O Rio nasceu como um porto, devido às suas qualidades de ancoradouro, para atender ao objetivo de controle do seu território por um poder que se localizava fora dele. Entretanto, se a fundação da cidade do Rio de Janeiro não significou mais do que uma reafirmação dos aspectos de exploração levados a efeito pela coroa portuguesa na colônia, a expulsão dos franceses e a pacificação dos grupos indígenas, que aqui viviam, propiciaram o início de uma povoação, alicerçada num processo de domínio político e exploração comercial, fundamentada no modelo colonial primário-exportador, que viria a necessitar, um pouco mais tarde, do trabalho escravo. Schorske (2000) afirma que, no século XVIII, a cidade era considerada a fonte da virtude. O discurso civilizatório funde-se com o discurso da cidade de tal forma, que somente passa a ser possível através dela. Esse discurso vai moldar hábitos e comportamentos, organizando e hierarquizando valores e o próprio lugar.

A industrialização, como se sabe, atrai para as grandes cidades parte considerável de pessoas. Esse fenômeno ocorreu, no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, aguçado pela crise do café. Com o desenvolvimento das atividades industriais, colocou-se a necessidade de proporcionar moradia aos trabalhadores nelas envolvidos. Mas, em que pese o processo de industrialização e, como foi dito, a premência de se ter de pensar em moradia para a população que crescia nas cidades, inexistiam políticas públicas habitacionais que fossem voltadas para o operariado e outros segmentos de baixa renda. Num primeiro momento, a própria iniciativa privada tentou dar conta da moradia de ao menos uma parte da massa proletária que se aglomerava nas cidades. Nesse sentido, no começo do século XX, algumas vilas operárias surgiram próximas às fábricas, mas tal responsabilidade, com o desenrolar das relações de produção, logo ficou a cargo do Estado, que não foi capaz de dar conta do problema.

Durante todo o século XX, o Rio de Janeiro vivenciou intervenções urbanísticas profundas. Dentre algumas delas temos a demolição do Mercado da Candelária, a construção do novo Mercado da Praça XV, a abertura de grandes avenidas realizada pelo Presidente Rodrigues Alves, a destruição do Morro de Santo Antônio e as demolições em série do casario antigo que ficou conhecido como o “bota abaixo” levado a efeito pelo Prefeito Pereira Passos. Anos depois, na administração do Prefeito Carlos Sampaio, em 1922, foi a vez do Morro do Castelo ser arrasado. Isso para citar apenas algumas das transformações mais radicais realizadas no Rio de Janeiro, que ainda vivenciou outras, capitaneadas pelos prefeitos que se sucederam na administração do antigo Distrito Federal, pelos governadores, na época em que a Cidade era o Estado da Guanabara e, novamente, pelos prefeitos, quando de sua transmutação no Município do Rio de Janeiro. Mais recentemente, já na segunda década do século XXI, mais um conjunto de obras foi realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro, conhecido como Projeto do Porto Maravilha e que acarretaram, principalmente na zona portuária, grandes intervenções urbanísticas. A reorganização do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, da mesma forma que em outros lugares do país, procurou refletir a vontade manifesta de suas elites de consolidar a inserção da ex-colônia no modelo econômico global, mas segundo uma concepção ética e estética definida não a partir de nossas próprias referências culturais e sim a partir de um referencial europeu, o Rio de Janeiro seria a “Paris dos Trópicos”. Nenhuma dessas intervenções nunca visou, portanto, à construção de um ambiente mais propício à fruição do modo de vida local, muito menos à equação da questão do déficit habitacional ou outros problemas enfrentados pela população em geral no que diz respeito ao uso que essa última faz do espaço urbano e do sentido que lhe é atribuído.

Os discursos sobre o que representavam essas áreas e seus moradores ensejaram a construção de uma ideologia de segregação em relação às habitações populares nas regiões mais centrais do Rio de Janeiro, de maioria negra. A intervenção nessas áreas, pretendidas pelas sucessivas gerações de empreiteiros e planejadores urbanos, obedeceu sempre ao mesmo *modus operandi* e nunca abandonou seu objetivo: a transformação da própria cidade em mercadoria, visto que do ponto de vista do capital não existe lugar, nada nem ninguém cujo direito de existir seja socialmente legitimado sem que possa ser previsto e/ou quantificado pela razão utilitarista. E a consequência das ações do poder público em todas as partes do mundo fundamentadas em tal perspectiva tem sido uma: o constante deslocamento de grandes contingentes populacionais empobrecidos para as regiões menos valorizadas das periferias dos centros urbanos a medida em que estes se

desenvolvem ou a formação de verdadeiros enclaves socioespaciais, a exemplo das favelas cariocas, das banlieues francesas ou dos guetos americanos. O argumento sanitarista, no entanto, foi a principal fonte moral mobilizada de modo a justificar as remoções forçadas dos “elementos das classes perigosas” que habitavam a região central da cidade.

A respeito desses deslocamentos, o historiador Luiz Antônio Simas afirma que se tratam de migrações forçadas e que, dessa maneira, assemelham-se muito, inclusive em relação ao seu componente étnico, aos processos de diáspora vivenciados pelas muitas nações africanas e ameríndias a partir da implantação da empresa colonial europeia nas Américas. Mesmo que em menor número, mas às vezes nem tanto, as remoções urbanas ocorridas tanto no Rio de Janeiro quanto em outros lugares do Brasil acabam sempre por constituir novas e pequenas diásporas, visto que relações comunitárias são forçadamente desfeitas e novos processos de socialização surgem em outros lugares sob novas condições não menos adversas.

Alguns dados sobre habitação no Rio de Janeiro

Não é sem razão que a ocupação ilegal e irregular do espaço das cidades com objetivos de habitação, chega hoje, no Brasil, a níveis alarmantes. Não que se pretenda fazer alguma concessão ao fetichismo dos dados que assolam a gestão pública, mas impressionam as estatísticas e a quantidade de pessoas em situação de rua ou em moradias precárias. Dessa maneira, utilizarei o conceito de *déficit habitacional* para justificar a perspectiva crítica segundo a qual pretendo observar a dinâmica urbana brasileira, mas especificamente a carioca. Tal conceito está intimamente ligado às deficiências do estoque de moradias e é fruto da comparação inevitável entre o total de imóveis vazios em regiões urbanas ou rurais do Brasil e o número total de famílias sem acesso à moradia digna.

Esse déficit se divide em quatro componentes: número de habitações precárias, que incluem as habitações rústicas e improvisadas, número de domicílios caracterizados por coabitação familiar, número de famílias com ônus excessivo de aluguel e o adensamento excessivo dos domicílios alugados. O cálculo de tais índices é feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) através da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio). Os dados mais confiáveis, no entanto, vão até 2015. Após esse período, a Pnad foi substituída pela Pnad Contínua, cujos critérios de investigação ainda não foram bem estudados pela Fundação João Pinheiro (FJP),

órgão governamental vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que é referência na área de ensino e pesquisa social e demográfica, responsável por dar tratamento aos dados e informações gerados pelo IBGE no tocante ao desenvolvimento daquele estado estado, mas também do país.

O primeiro componente do déficit diz respeito, então, a *moradias precárias*, que podem ser rústicas, isto é, sem paredes de alvenaria ou madeira, segundo definição da FJP, ou improvisadas, ou seja, que ocorrem em locais ou imóveis com fins não residenciais, como pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos, cavernas, entre outros, que proporcionam desconforto e um maior risco de proliferação de doenças.

O segundo componente corresponde à *coabitação familiar forçada*, quando duas ou mais famílias, por razões que não podem controlar, residem no mesmo domicílio. Em relação a este item, alterações feitas a partir de 2007 no questionário do censo que dá origem à Pnad mostraram que boa parte das famílias conviventes em situação de coabitação não deveriam ser incluídas no déficit habitacional pelo fato de não desejarem constituir novo domicílio, mesmo que conquistassem condições financeiras um pouco mais favoráveis. Isso porque muitas dessas famílias, aproximadamente 40% delas, consideram a coabitação uma estratégia de sobrevivência e cuidado com os membros da família. Os outros 60%, no entanto, podem, sim, ser incluídos no cálculo do déficit, já que manifestaram o desejo de obter domicílio próprio e este item passou, então, a compor o cálculo do déficit.

O terceiro componente corresponde ao *ônus excessivo com aluguel* pago por famílias de baixa renda. No que tange a este componente, observa-se que nem sempre foi uma situação considerada no cálculo do déficit habitacional, mas tal postura foi reavaliado a partir do início dos anos 2000, tendo em vista que para as classes mais baixas o aluguel não é uma opção. Já para boa parte da classe média, é preferível pagar aluguéis mais caros em bairros nobres a comprar imóveis mais baratos em áreas suburbanas ou de pior localização.

A questão do *adensamento de domicílios* corresponde ao quarto componente do déficit. A partir de 2007, tal componente deixou de ser incluído apenas como inadequação de domicílios e passou a ser incluído no déficit habitacional, mas não em sua totalidade. Passou-se, então, a separar domicílios alugados de domicílios próprios. Estes últimos, quando adensados, permaneceram classificados como domicílios inadequados, enquanto os primeiros foram incorporados ao cálculo do déficit habitacional. Isso porque no caso do adensamento excessivo de moradores em

domicílios alugados, não é possível aos mesmos ampliarem ou venderem o imóvel para aquisição de outro maior, permitindo enquadrá-los no cálculo do déficit.

Dessa maneira, o déficit habitacional brasileiro foi estimado em 6.355.743 domicílios (9,3% do total), dos quais 5.572.700 (87,7%) estão localizados em áreas urbanas. Do déficit total estimado no Brasil, 39% - ou seja, 2.482.855 domicílios - encontra-se na Região Sudeste. São Paulo é o estado que responde pela maior parte do cálculo regional, com déficit de 1.337.037 domicílios, seguido de Minas Gerais, 575.498, e Rio de Janeiro, 460.785. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por sua vez, responde por 73,6% do total do déficit do estado, com 340.083 domicílios incluídos em pelo menos um dos quatro componentes descritos.

Ao mesmo tempo, irresistível também é a comparação destes números com o de imóveis vagos já em condições de uso, em construção ou em reforma. A mesma pesquisa mostra que aproximadamente 7.906.000 imóveis encontram-se nessa situação no Brasil, dando-nos a real dimensão da desigualdade de direitos aqui existente. Da mesma forma, a Região Sudeste possui um total de 3.075.114 imóveis vagos, ao passo que o estado do Rio de Janeiro e sua região metropolitana possuem, respectivamente, 501.688 e 303.036 imóveis vagos.



Morador da Ocupação Manuel Congo (Fonte: site Iterj)

Em termos de planejamento urbano, é interessante promover a moradia de baixo ou nenhum custo em áreas centrais, já que áreas desse tipo contam com infraestrutura urbana estabelecida, como ônibus, metrô, trem, equipamentos culturais, calçadas, praças etc. Dessa forma, promover a ocupação desses domicílios, implicaria menor necessidade de levar infraestrutura, como coleta de lixo e saneamento básico, às periferias; além de aliviar a pressão das empreiteiras, montadoras de veículos e do capital especulativo pelo desmatamento de áreas protegidas e pelo investimento em transportes individuais, como os automóveis e motocicletas, o que permitiria a redução da emissão de gases do efeito estufa. Por outro lado, em termos legais, ocupar espaços da cidade com pouco ou nenhum uso corresponderia a cumprir a função social da propriedade nos termos do Estatuto da Cidade e da Constituição de 1988, que inovou ao tentar respeitar os direitos de propriedade e, ao mesmo tempo, respeitar a promoção do bem comum, permitindo o acesso da maior parte da população à da infraestrutura urbana já construída. As “invasões”, então, chamam a atenção para o descumprimento dessa função. A questão da moradia é crítica nas grandes cidades brasileiras e

as desigualdades são tão marcantes que os cidadãos prejudicados, a meu ver com razão, sentem-se legitimados em seu descumprimento das leis, quando estas perdem seu real sentido.

1. Perspectiva teórica

Acredito que não seja por acaso que os pressupostos desta pesquisa tenham sido escritos depois da experiência vivida em campo. A reflexão sobre ela foi fundamental inclusive para que este pesquisador soubesse o quê e como olhar o objeto dessa pesquisa, afastando-o inclusive da mera condição de objeto. Extrair da visita às duas ocupações em questão ensinamentos, eleva-as ao nível de organizações sociais produtoras de conhecimento. Um conhecimento orgânico, não compartimentado, que existe e é produzido pela simples necessidade de sobrevivência. Dessa maneira, na primeira parte, tentarei reunir os principais pressupostos teóricos e explicitar de que maneira eles influenciaram a pesquisa. Já na segunda parte, procurarei refletir sobre como a pesquisa foi realizada e sobre o método em si, influenciado que é pela teoria, e se foi, ao nosso ver, possível ou não extrair conhecimento da experiência vivida. Esta seção corresponde às reflexões oriundas dos entrelaçamentos entre a experiência de vida deste pesquisador, a experiência vivida em campo, as leituras sugeridas pelo programa de mestrado e pelo grupo de estudos e as leituras anteriores “trazidas na bagagem”.

1.1 “Dignidade”, “Habitus”, “Poder Disciplinar” e “Colonialidade do Poder”

Foi grande a importância, para realização deste trabalho, da interpretação da “Teoria do Reconhecimento Social”, própria da corrente neo-hegeliana, em que se enquadra a síntese de Charles Taylor, com a qual tive contato através do trabalho do professor Jessé Souza.

Taylor parte do pressuposto de que há um contexto ético por trás de cada ação humana, mesmo que de maneira inarticulada, estabelecendo relação direta entre valores e comportamento entre intenção e gesto; o que nem sempre é percebido pelas pessoas. E ele, segundo Jessé, tem o mérito de perceber que a produção de subjetividades empreendida pela modernidade ocorre segundo uma determinada “hierarquia valorativa”, que é tão eficiente no comando de nossas atividades práticas quanto opaca e inarticulada. E a prova da existência desse contexto ético é a reprodução institucional, portanto pedagógica, de valores como dignidade, autenticidade, culpa, remorso, vergonha etc. Dentre esses valores morais, a dignidade é associada à utilidade que um venha ter

em relação ao corpo social a que pertence, sendo que o critério utilizado para tal é a capacidade individual de contribuição para a produção total sob o capitalismo.

A dignidade assume papel de destaque, pois contribui para que as pessoas aceitem a possibilidade do trabalho ser definido a partir “de fora”, na medida em que pode ser comprado e vendido - sendo percebido como algo externo ao ser humano, num processo de alienação que é legitimado por supostamente representar o interesse geral. A nítida perda de autonomia individual é colocada assim como o único caminho possível diante das dificuldades que se apresentam ao gênero humano.

Para Nego Bispo, no livro “Colonização, Quilombo: modos e significações”, a moralidade presente na figuração de mundo que se estabeleceu no Ocidente transformou trabalho em sacrifício através da repetição incessante da narrativa bíblica segundo a qual Adão e Eva, ao serem expulsos do paraíso, foram obrigados a garantir a sobrevivência com o “suor do próprio rosto”. Temos aí a fonte moral do trabalho como sacrifício. Tal perspectiva se renovou na modernidade – como demonstrou Marx nos “Grundrisse” – a partir da contribuição teórica de Adam Smith, na “Riqueza das Nações”, onde este último promoveu a separação conceitual entre o trabalho produtivo e improdutivo, assim como entre trabalho braçal e intelectual. É isso que justifica a possibilidade de compra e manipulação da força de trabalho como se fosse uma mercadoria. No entanto, para que tal alienação do sentido da *práxis* humana seja considerada legítima, ela deve conter uma determinada concepção de indivíduo, que tanto se percebe como universal, quanto apartado da natureza. Foi com esse objetivo que os pensadores positivistas revisitaram a obra de René Descartes. Em “Discurso sobre o Método”, esse filósofo francês, ao definir uma forma universal de investigação científica, acaba por definir também o indivíduo universal, que pode existir independentemente do lugar e do tempo ao qual pertença. O processo pedagógico colonialista de produção desse tipo de subjetividade foi potencializado com a Revolução Industrial, mas já estava em curso desde a conquista das Américas pelos europeus no século XVI, marcada pela forma produtiva do *plantation*. Voltaremos às consequências práticas da implantação desse tipo de sistema mais adiante.

O trabalho passa a ser dividido entre produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo, segundo Adam Smith, era aquele que gerava um bem material que possuía valor de mercado. Nesse sentido, construir um piano era um trabalho produtivo, ao passo que tocá-lo era improdutivo, mesmo que se vivesse disso. Como não é o próprio indivíduo que determina o tempo, a natureza e o sentido

de seu trabalho. Sendo assim, este passa ser percebido como sacrifício. Há que se abrir mão de horas de lazer em troca de um salário que nos permita usufruir dessas mesmas horas de lazer. Temos aqui um círculo vicioso, como bem observou Marx; uma realidade que se apresenta como pré-condição de si mesma e um desenrolar histórico tido como inevitável.

No intuito de evidenciar tal hierarquia de valores, Taylor segue três passos: (i) a reconstrução histórica e institucional das fontes morais; (ii) a demonstração da realidade empírica da ação social; (iii) a descrição da “fronteira objetiva da dignidade humana”.

No intuito de provar sua argumentação, Taylor revisita uma obra de grande valor para a construção da ideia de *Ocidente* como “A República” de Platão, que inaugurou a separação entre *razão* e *desejo*. Sob essa perspectiva ontológica, a razão é vista como universal e sinônimo de virtude, enquanto o desejo é visto como vício, fruto de impulsos emocionais que devem ser dominados por aquela mesma razão. Tal perspectiva, no entanto, só adquiriu real importância quando reinterpretada por Santo Agostinho e adotada pela Igreja Católica, sendo reproduzida regularmente em cada uma das paróquias espalhadas pelo planeta. As ideias, para Taylor, devem ser institucionalizadas para obterem eficácia prática.

Não é por menos que Max Weber considerava a Reforma Protestante como a parteira do Ocidente, por criar as pré-condições necessárias ao desenvolvimento do sistema capitalista, como a noção de ser humano como presidida pelo raciocínio prospectivo, calculabilidade, autocontrole, disciplina etc., que, ao mesmo tempo em que permitiram, por exemplo, a acumulação primitiva de capitais, serviram e ainda servem como linha de fronteira do reconhecimento social dentro dos países, mas também entre eles. A dignidade é pré-condição para a igualdade, ainda que esta última nunca se concretize.

Jessé Souza, no entanto, não se limita às interpretações de Taylor acerca da realidade objetiva e vai além, não se furtando a apontar os limites de tal empreitada. Segundo Souza, esse autor não deixa claro como as fontes morais são institucionalizadas, como se tornam corpo, muito menos como se tornam mecanismo de poder. Nesse sentido, o sociólogo brasileiro evoca as contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, com suas respectivas interpretações sociológicas do processo civilizatório europeu materializadas nos conceitos de *poder disciplinar* e *habitus*. E nós acrescentaremos o conceito de *colonialidade do poder* de Aníbal Quijano com o objetivo de atender à última das lacunas apontadas por Souza na explicação elaborada por Taylor.

O destaque ao conceito de “poder disciplinar” é necessário, pois explica em grande medida a “opacidade”, o caráter difuso e de difícil percepção das tecnologias de controle do corpo presentes nas práticas institucionais modernas. Essa forma de exercício do poder social consiste numa estratégia coercitiva que se reflete em táticas e técnicas de controle pequenas e capilares que jamais revelam sua própria dinâmica, sua “microfísica”. É por esse motivo que tal percepção da reprodução do poder em uma dada sociedade não vê o Estado como o detentor monopolista do mesmo. Este, para Foucault, consiste em mera “teatralização do poder”.

Em “Vigiar e Punir”, o autor descreve uma mudança na forma do exercício desse mesmo poder na passagem da Idade Média para a Idade Moderna na Europa, o que acaba por se refletir numa modificação também das formas de punição de comportamentos desviantes. Se antes o poder era percebido como externo ao indivíduo e se impunha de fora para dentro, com o passar do tempo as estratégias evoluíram e se tornaram tão mais eficazes quanto veladas. A crueldade das torturas e suplícios públicos típicas do chamado período clássico eram prova da fragilidade dessas táticas de submissão, justamente porque necessitavam de vigilância constante e se baseavam no medo.

O poder disciplinar não é facilmente observável, já que é exercido em benefício daquele que é submetido e está sempre associado à produção de saberes classificadores e hierarquizadores do mundo produzidos no seio das instituições sociais. Dessa maneira, no mundo moderno o controle do corpo se transforma em autocontrole – controle da alma. O indivíduo passa a desejar esse saber/poder, que tem na universalidade e impessoalidade suas principais características. Para Paulo Freire, as formas de reprodução social modernas fazem com que o dominado passe a desejar tomar o lugar do dominador ao invés de acabar com a dominação em si.

Para entender ainda de que forma a sociedade moderna se inscreve no indivíduo e se reproduz a partir dele como se fosse “vontade livre”, Souza recorre ao conceito bourdiano de *habitus*. Este último corresponde às “estruturas cognitivas e motivacionais [que] formam um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância”, pré-moldando e pré-decidindo “*possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas*”. (Souza, 2015, pág. 198). “*É o passado tornado presente, a história tornada corpo e, portanto, naturalizada e esquecida da própria gênese*” (Idem, pág. 199). O *habitus* não é consciente; ele é o condicionamento automático e espontâneo inscrito no corpo. Como o corpo é território, “*ele é a mais tangível manifestação social de nós mesmos*” (Idem, pág. 200). É ele que faz das pessoas “instituições de carne e osso”. Dessa forma, andar, falar, comer,

vestir, dançar, etc. são sinais sociais que servem de referência para o reconhecimento ou para a falta dele.

É do reconhecimento que depende a cidadania dentro de uma perspectiva hegemônica. Portanto, para ser alçado à condição de cidadão o indivíduo depende de condições prévias que lhe permitam desenvolver disciplina, raciocínio prospectivo e autocontrole, entre outras condições. Esses são os pressupostos básicos de qualquer função produtiva seja no Estado ou no mercado. Por isso o papel crucial da escola na construção da cidadania. Ocorre, no entanto, que tais pressupostos também estão sujeitos à lógica da escassez. A educação não é para todos e isso dá origem a uma “economia emocional” onde o que se observa é a disputa entre as classes pelas escassas vagas nas melhores instituições de ensino e, depois, pelos empregos mais valorizados. As classes sociais, entendidas aqui não como faixas de renda, mas como formas estratificadas e hierarquizadas de experimentação do mundo a partir de diferentes possibilidades de ingerência sobre o próprio corpo e sobre o território. A própria cidadania, dessa maneira, está condicionada a pressupostos que lhe impõem uma valoração e uma precificação.

Nesse sentido, Souza considera que existam três grandes classes sociais no Brasil: a classe abastada, dona dos meios de produção que não necessariamente enxerga no trabalho a saída para aquisição de reconhecimento, já que o terá de qualquer forma. Para essa faixa, a propriedade privada por si só é suficiente para garantia não apenas de remuneração via juros e aluguéis, mas também de privilégios, via aparato legal. Há ainda a classe média, que apesar de uma maior valorização de sua força trabalho, ainda é obrigada a vender boa parte de seu tempo livre em troca de um salário, principal forma de garantia de uma remuneração básica capaz de lhe garantir a saciação de ao menos parte de suas demandas – demandas essas geradas no seio dessa mesma sociedade, mas nunca totalmente atendidas – entre elas, a possibilidade que comprar o tempo livre de sua prole para que esta tenha condições de investir em educação e permita uma maior valorização de sua força de trabalho.

A grande maioria, entretanto, constitui a classe dos “batalhadores”, obrigada a vender sua força de trabalho e seu tempo de vida a preço vil sem que possam investir em sua própria formação – única iniciativa capaz de possibilitar a valorização de seu tempo trabalhado – e, ainda assim, não serem reconhecidos como sujeitos de direitos. Um grande exemplo dessa classe e de como os efeitos do plantation escravocrata ainda se faz sentir é o das empregadas domésticas, que só muito recentemente tiveram seus direitos equiparados ao dos trabalhadores em geral, com direito a férias

remuneradas, décimo terceiro salário, fundo de garantia e outros benefícios que, mesmo assim, não são suficientes para construção de uma rede de proteção social digna. E enquanto essas mulheres, negras em sua maioria, cuidam dos lares e filhos das outras classes, os seus permanecem nas periferias e favelas sujeitos ao assédio do tráfico de drogas e da polícia, além de estarem mais facilmente expostas ao trabalho infantil, já que a renda de seus pais não é suficiente para lhes comprar o tempo livre necessário para investir na própria formação ou mesmo em lazer. O que nos faz lembrar de que maneira tanto a *classe* como a *raça* tanto constroem o território como são construídas a partir dele, como falaremos mais à frente.

E isso nos leva a última pergunta de Souza a ser respondida: de que forma as fontes morais dos atos individuais descritas por Taylor se transmutam em mecanismos de poder? Primeiramente, o autor considera que tanto Foucault como Bourdieu acabam por reproduzir certo racismo epistêmico ao afirmarem que os constructos teóricos por eles desenvolvidos aplicam-se somente aos países europeus ou apenas a seus próprios, a França, sem que se possa atribuir a eles qualquer tipo de universalidade. Jessé argumenta que tais categorias são tão abrangentes quanto o próprio capitalismo, ainda que desenvolvam várias características específicas dependendo do lugar onde se desenvolvem.

Tanto em nível mundial como local, a realidade dos excluídos, assim como suas experiências e narrativas, são invisibilizadas pelos mesmos inimigos. Souza destaca dois deles: a *visão liberal*, genitora da meritocracia enquanto fonte moral e legitimadora dos privilégios da elite no âmbito do senso comum e a *superficialidade crítica*, que termina sempre por reproduzir e atualizar o racismo científico e que serve de lastro para as configurações institucionais privadas ou estatais, difundidas via mercado editorial e grande mídia.

Sob o guarda-chuva dessa pseudociência encontram-se certos mitos como: (i) o do patrimonialismo, que deságua na demonização do Estado e supervalorização do mercado; (ii) da democracia racial, que invisibiliza conflitos, narrativas e outras experiências culturais e civilizatórias vividas e desenvolvidas “a partir de baixo”; (iii) e da mestiçagem como virtude, que esconde uma política pública e deliberada de “branqueamento” com efeitos éticos e pedagógicos devastadores sobre as relações sociais aqui estabelecidas:

Essas abstrações, reproduzidas exaustivamente pelos meios de comunicação e ancoradas em vasta produção literária e acadêmica, permitem a manutenção e naturalização das desigualdades, dos privilégios e contribuem para a tutela das aspirações emancipatórias do povo brasileiro, que vê

ganhar grande circulação uma narrativa sobre si mesmo que investe contra sua autoestima e que o classifica como mais corrupto e culturalmente mais degenerado que outros povos. É o que se pode observar, como destaca Souza, em relação a produção de intelectuais do porte de Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Roberto DaMatta e outros que, segundo ele contribuíram enormemente para a naturalização de uma visão liberal pouco crítica, que enxerga inúmeras virtudes no mercado, mas apenas corrupção e ineficiência no Estado e que isso ocorre graças ao capitalismo de favores que se instalou no Brasil, fruto de certas degenerações culturais, associadas a uma suposta *cordialidade* ou a uma “mania” que nós brasileiros temos, mais do que qualquer outro povo, de tratar de maneira privada o que pertence à esfera pública. É como se somente aqui o clientelismo e privilégio pudessem ser institucionalizados, dadas as idiosincrasias herdadas de uma tradição ibérica, que permitiram uma influência excessiva das emoções nas relações sociais e produtivas, quando estas deveriam conservar caráter impessoal.

Esta perspectiva parte de uma concepção específica de indivíduo, que tem tempo e local de surgimento – a Europa moderna. Curiosamente, foi um conservador quem primeiro percebeu e denunciou essa tática de sabotagem da autoestima, soberania e autonomia nacionais, sem, no entanto, identificar claramente sua fonte moral, apesar de indicar, com sua genialidade e intuição, algumas pistas. O escritor e jornalista Nelson Rodrigues, em uma de suas crônicas esportivas semanais, descreveu, em texto homônimo, aquilo que ele mesmo chamou de *complexo de vira-latas*. Na crônica, o autor define o conceito da seguinte maneira: complexo de vira-latas é “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”. E que, segundo ele, explica-se pelo “pânico de uma nova e irremediável desilusão” ou, eu acrescentaria aqui, humilhação – que no futebol daquele tempo era atribuída à derrota da seleção brasileira para o Uruguai no Maracanã na final da Copa do Mundo de 1950, mas que, extrapolada para a vida cotidiana, à luz do que nos ensinaram Jessé Souza e Florestan Fernandes, corresponderia à humilhação da escravidão imposta à população de maneira generalizada, ou seja, tanto aos algozes quanto às suas vítimas, tendo em vista que a escravidão deixa cicatrizes não apenas físicas e não apenas naqueles que foram escravizados.

O mundo do colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador. Os estudos anticoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação cultural. Para Aníbal Quijano (2010) a condição subalterna dos países sulamericanos, mas não apenas destes, é fruto da colonialidade. Esta última é definida pelo autor como “... *uma estrutura de dominação/exploração*

onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial...” (Quijano 2010, pág.73), promovendo ampla utilização do dispositivo racial como ferramenta de gestão, classificação, distribuição e controle dos indivíduos e seus corpos. Quijano, então, desenvolveu a ideia de *colonialidade do poder*, que ele caracteriza como

“... uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças.”

(Idem, pág. 76).

Dessa maneira, o trabalho se apresenta hoje como já o fazia à época colonial, em suas formas historicamente conhecidas: escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e salário. E sob cada uma delas uma distinção racial eurocentrada se fez presente, distribuindo as oportunidades de acordo com as coordenadas sociais de cada indivíduo. Além disso, em todas as dimensões da vida, na autoridade, no sexo, no reconhecimento pessoal e na formação das subjectividades estão presentes as formas institucionais modernas europeias: o ‘Estado-nação’, a ‘família burguesa’, a ‘racionalidade moderna’ etc, mas todas elas estão a serviço do capital.

Como nos mostra Grada Kilomba no artigo “A Máscara”, no livro “Memórias da Plantação”. A partir desse texto, podemos concluir que, como nossa identidade é definida de maneira dialógica, o encobrimento da experiência ou desconsideração da narrativa do “outro”, classificado como

inferior, causa graves danos psicológicos e de formação da subjetividade de um “eu” supostamente superior e elevado à condição de modelo a ser atingido, quando as condições para isso não existem. Este, por não ser capaz de perceber a si mesmo, já que não dialoga com esse “outro”, acaba por alimentar neuroses e psicoses, como concluíram Freud e depois Franz Fanon. Para eles havia relação direta entre a força das ideias e a ação social, assim como entre as doenças psicológicas e as sociais. O que nos leva a pensar que buscar a transformação social através de práticas coletivas pode constituir tratamento e cura inclusive para os problemas psicológicos causados pela forma capitalista de produção de identidades, que levou o homem branco europeu a se pretender universal enquanto deixava escapar a realidade justamente por acreditar que só há uma maneira de compreendê-la, tal qual a cartilha cartesiana sobre o que é “o” método científico.

Além disso, a ideia da *democracia racial* proposta por Gilberto Freyre e segundo a qual a miscigenação promovida em terras brasileiras pelo colonizador português com objetivos de ocupar e garantir as fronteiras do território conquistado e a conquistar amenizou de alguma forma o choque cultural durante uma colonização que ainda está em curso foi conveniente à ocultação de conflitos, tornando invisíveis narrativas e perspectivas contra-hegemônicas e de grupos subalternizados na estrutura social em formação. Prova disso foi o projeto deliberado de *branqueamento* instituído pelo Estado na recém instalada república procurou, através de inúmeras intervenções urbanas, eliminar práticas e modos de vida típicos das “classes perigosas”, que eram majoritariamente negras. Tal política era considerada necessária ao avanço civilizatório, mas a um tipo específico de civilização, definido a partir de fora e partindo sempre de um modelo, a Europa branca, que diga-se de passagem, fazia e faz de tudo para esquecer sua face muçulmana e multicultural.

1.2 Racismo e capitalismo: uma pedagogia colonial

Para Aníbal Quijano, é a relação entre racismo e capitalismo que permite a reprodução da colonialidade e da desigualdade entre pessoas, culturas, países e regiões do globo terrestre. Dessa forma, classe e raça são elementos estruturantes da produção de identidades, se retroalimentam e, no território, dialogam e se articulam. O racismo é a fonte moral reproduzida institucionalmente e incorporada pelos indivíduos de forma a organizá-los para a produção segundo uma hierarquia. Se o capitalismo é uma forma de gerir pessoas – e o é, na medida em que distribui o trabalho social e organiza as principais intervenções espaciais “a partir de cima” – ele o faz, no Brasil e na América

Latina, a partir principalmente de um critério racial e, é claro, de gênero. Tais critérios, entretanto, reproduzem-se territorialmente, de forma que a ação humana está sempre subordinada às condições objetivas do aqui e do agora, o que não impede os indivíduos de tentar jogar com as circunstâncias de modo a tentar acelerar processos de transformação social.

Quando conseguimos observar a nós mesmo “de fora”, a partir do olhar do outro, deslocando-nos ontologicamente e percebendo que nossa língua, assim como os sotaques e as gírias não são, e nem podem ser, universais e que não existe conhecimento ou comportamento que esteja fora ou a cima da cultura, alheio ao tempo e o espaço. Tal constatação põe abaixo falsas separações estabelecidas pela modernidade como entre cultura e economia, colonização e capitalismo. Como bem observou Aimé Césaire em “Discurso sobre o colonialismo”:

“... admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas.”

(Césaire, 1978, pág. 15)

Esse racismo, relacionado não só ao fenótipo, como antes da Abolição da Escravatura, mas acrescido das marcas deixadas no corpo pela experimentação de um território organizado pelo capital, ganhou novos contornos no pós-Abolição, tendo em vista as necessidades de novas justificativas morais para legitimação de velhas relações sociais e de poder. Tais relações incluem os hábitos culturais em transformação. Com o crescimento das cidades, a ampliação do mercado interno brasileiro e as transformações das relações de trabalho, houve estímulo governamental à vinda de imigrantes europeus brancos, criou-se, assim, um exército industrial de reserva, uma mão-de-obra barata e abundante, disponível para os piores trabalhos. Novamente, Césaire, ao comentar a obra “La Reforme Intellectuelle et Morale”, do intelectual liberal francês Ernest Renan, chama a atenção para o dispositivo racial presente no projeto colonizador:

“A renegação das raças inferiores ou abastardadas pelas raças superiores está dentro da ordem providencial da humanidade. O homem do povo é quase sempre, entre nós, um nobre renegado, a

sua mão pesada é mais atreita ao manejo da espada do que do utensílio servil. Prefere bater-se a trabalhar, isto é, regressa ao seu primeiro estado. ‘Regere imperio populos’, eis a nossa vocação. Derramai esta devorante actividade sobre os países que, como a China, concitam a conquista estrangeira. [...] A natureza gerou uma raça de operários - é a raça chinesa - duma maravilhosa destreza de mão e quase nenhum sentimento de honra; governai-a com justiça, cobrando-lhe, pelo benefício de tal governo, m amplo erário em proveito da raça conquistadora, e ela ficará satisfeita; uma raça de trabalhadores da terra, é o negro; sede para ele bom e humano e tudo estará em ordem; uma raça de senhores e soldados é a raça europeia. Que se reduza esta nobre raça a trabalhar no ergástulo como os negros e os Chineses, e ela revolta-se. Entre nós, todo o revoltado é, mais ou menos, um soldado que errou a vocação, um ser feito para a vida heróica e que constrangeram a ‘uma tarefa contrária a sua raça’, mau operário, soldado bom de mais. Ora a vida que revolta os nossos trabalhadores faria a felicidade dum chinês, dum ‘fellah’, seres de maneira alguma militares. Que cada qual faça aquilo para que nasceu e tudo correrá bem.”

(Renan, 1871 apud Césaire, 1978, p. 19-20)

Por esse motivo, o mesmo Césaire não hesita em afirmar que

“... Queira-se ou não: no fim deste beco sem saída chamado Europa [...], há Hitler. No fim do capitalismo, desejoso de sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler”.

(Césaire, 1978, pág. 19)

O que não se perdoa a este último, não são os crimes contra a humanidade em si, mas aqueles contra sua vertente branca e o fato de ter submetido a Europa a processos colonialistas somente aplicados, até então, a povos africanos, americanos e asiáticos.

Quanto às Américas e ao restante do sul global, estruturaram-se como territórios adjacentes ou complementares às economias europeias. como um vasto território onde era difícil, como é até

hoje, o sucesso do negro, do indígena e do mestiço na competição pelas melhores posições no mercado de trabalho. O que se observa, na prática, é a negação do direito da maior parte da sociedade de obtenção de boas condições de disputa nesse jogo, já que as próprias instituições modernas capitalistas encarregaram-se de criar os mecanismos de colonialidade que produzem a “necessária” distinção entre os variados grupos e estratos sociais. Digo necessária porque, sem a mesma, não seria possível estabelecer a divisão social do trabalho proposta pelo capitalismo.

Nesse sentido, os efeitos do racismo são incorporados já pela instituição escolar e pelos tipos diferenciados de educação entre as classes. Entretanto, tanto nas sociedades periféricas quanto centrais do capitalismo a instituição “escola” promete ascensão pela educação quando, na verdade, oferece frustração e “culpa individual” – embutidas na ideia de *meritocracia* – a alunos supostamente incapazes e preguiçosos, que se percebem como os maiores responsáveis pelo próprio fracasso e pela perpetuação da condição subalterna de seus pais e avós. A diferença é que enquanto no centro do sistema, há pouco tempo atrás, antes da crise migratória em curso na Europa, a luta por reconhecimento correspondia a uma busca por autenticidade, como descreve Bourdieu em “A Distinção”, na periferia, por outro lado, a luta passa pela conquista da própria humanidade e do direito à vida. Mais do que uma personalidade autêntica, o que buscam os “batalhadores” do sul global é uma “personalidade útil”, que o permita permanecer vivo, na medida em que ainda seja capaz minimamente de vender sua força de trabalho, mesmo que a preço vil, o que obviamente não é possível a todos.

Sendo assim, há que se valorizar a produção de sociabilidade, cooperação e modos de vida alternativos e sofisticados em meio ao precário. Mas reconhecê-las como soluções criativas, como no caso das ocupações Manoel Congo e Mariana Crioula, não é suficiente. É necessário reconhecer esse tipo de saída popular, espontânea e coletiva para grandes questões – como a da habitação em uma grande cidade na periferia do sistema – um processo pedagógico. O planejador urbano propõe uma cidade e a população responde com outra, desenvolvendo “na marra” uma pedagogia que parte de uma outra ontologia, mas que surge “no centro da própria engrenagem”, como diz a música da banda Secos e Molhados, justamente de onde emana a perspectiva de mundo hegemônica. Devemos, portanto, alçar essas práticas à condição de produção legítima de conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmos, colaborando inclusive para um tipo de educação que a escola, como a conhecemos, não tem sido capaz de oferecer.

1.3 Ontologias do Sul

É fato que o contraponto ontológico proposto por Marx a partir da própria Europa não é suficiente para nossas pretensões críticas com objetivos emancipatórios e anticoloniais. Não basta encontrar as contradições na narrativa hegemônica, é necessário também atentar para as produções pedagógicas subalternizadas desenvolvidas nas fendas da estrutura dominante, formando subjetividades outras, ainda que seus agentes não se enxerguem como produtores de saber. Por esse motivo, outras ontologias até então à margem ou completamente excluídas e invisibilizadas e que partem de outros lugares, devem ser trazidas à baila, inclusive porque são “nossas”. Elas constituem-se como táticas de sobrevivência dos povos do “sul global”, entendido aqui como um lugar metafórico de inferioridade dentro de uma ordem mundial. Não necessariamente todos os povos e territórios do sul global encontram-se abaixo da Linha do Equador, mas todos os povos e territórios cujos destinos são determinados a partir “de fora” e cujas cosmogonias são invisibilizadas constituem o chamado sul global.

Refiro-me, principalmente, à perspectiva crítica cuja ontologia provém de países periféricos – segundo o critério do capital – marcados pela diáspora de povos africanos, ameríndios e por relações coloniais de organização da economia, da política, da ciência, da arte e da cultura.

O capitalismo, sob nossa forma de enxergar, consiste num mecanismo que permite e justifica a manutenção de um modo de vida a partir da destruição de outros. Para Humberto Maturana (1998, págs. 20-21), esse é o verdadeiro sentido da ideia de competição: como se vê no mundo animal, as leões só atacam o cervo porque estão com fome e não porque a existência do cervo os incomoda. O capitalismo, por outro lado, só pode existir negando a existência do *outro*, isso está na base da criação da escassez necessária ao capital e dos processos de formação de preços. Nesse sentido, tal competição pressupõe uma hegemonia ontológica, uma razão superior e relações sociais que as naturalizem e justifiquem. A ideia de *raça* é peça chave para a compreensão sobre como o colonialismo se faz presente ainda hoje, apesar da suposta emancipação política das antigas colônias, Brasil incluído.

Adaptada à nossa realidade, a possibilidade do estabelecimento de uma análise sobre as relações sociais locais nos chama atenção para o trabalho escravo e suas consequências sociais e históricas. Ele organizou as bases sobre as quais se estruturaram relações sociais que permaneceram até os

dias atuais. As próprias classes sociais que se formaram, mesmo depois da Abolição da Escravatura, e principalmente depois dela, dependem da categoria *raça*. Esta tornou-se útil à produção da escassez inerente ao modo de produção capitalista, decidindo inclusive sobre aqueles que poderão alcançar a condição de pessoa e aqueles sobre os quais é depositada a condição de coisa. Essa é a grande diferença entre uma crítica feita a partir do centro do capitalismo e uma feita a partir de suas margens. O trabalho escravo pressupõe, no nosso caso, a negação do direito de existir enquanto pessoas, o que significa que o “buraco aqui é mais embaixo”. Uma ideia parcial e unidimensional do trabalho gerou, nas margens do sistema, uma forma específica de sociabilidade na qual se encontra o tempo todo presente a negação não apenas de outras formas de trabalho, mas também de outras formas de existência.

1.3.1 Ancestralidade e vida coletiva: a história da cidade como um guia de pesquisa

Fica claro quem comece a familiarizar-se com a história da formação da cidade do Rio de Janeiro que, enquanto as classes abastadas sempre enxergam a rua apenas como caminho para se chegar a algum lugar, as classes populares nelas se estabeleceram, utilizando-as para os mais diversos fins, como rodas de samba, malhas de capoeira, feiras livres ou outras formas de sociabilização, típicas das culturas de diáspora, onde se dá o “encantamento” do espaço - classificada por Luiz Simas como uma espécie de “terreirização” da cidade - e se tenta reconstruir os laços sociais destruídos com a separação de famílias e comunidades inteiras durante infundáveis “diásporas” a que são submetidas as populações dos países marcados pela herança colonial. Formas essas que se realizam e atualizam nas brechas deixadas pela tentativa de normatização e controle das relações humanas. Os argumentos mais amplamente utilizados desde finais do século XIX com tal intenção e que obtiveram enorme sucesso são aqueles que podem ser enquadrados numa lógica “higienista”, ou seja, de uma limpeza que não se restringia ao saneamento básico e destinação do lixo, mas também à “ralé”. Esta narrativa acabou por justificar a demolição de vários cortiços e até mesmo de morros inteiros da região central do Rio de Janeiro. Todas essas ações se apoiavam no argumento médico sanitário, que estabelecia relação entre as práticas urbanas oitocentistas e a transmissão de doenças de natureza parasitária ou bacteriana como a peste bubônica, febre amarela e outras difundidas em ambientes insalubres - e em outras nem tão científicas assim, como a crença na

necessidade de uma maior circulação de ar pela cidade como medida indispensável à prevenção de doenças respiratórias e outras mais.

Assim, a inevitabilidade da percepção da cidade como meio ambiente, mesmo que intensamente transformado, é instrumentalizada pelos gestores urbanos que, ao invés de exaltarem sua condição de ecossistema, percebem-na como símbolo de superação e controle da natureza, jamais permitindo que ele entre em equilíbrio. Essas medidas tinham por objetivo “ensinar” a população a “usar” a cidade, segundo uma perspectiva não declarada explicitamente, mas perfeitamente compreensível a todos, de que as melhores áreas da cidade estavam reservadas à elite branca e à “ralé” só seria permitido acesso se cumprido o pré-requisito de sua identificação enquanto trabalhadores. Por trás desse movimento estatal encontravam-se os interesses de empresários nacionais e internacionais e de grandes empreiteiros locais desejosos de lucro e poder político.

Um grande contingente populacional – que Luiz Antônio Simas classifica como pequenos e incessantes movimentos diaspóricos modernos, gerados por uma gramática normativa de ordenamento urbano que dura até os dias atuais – foi deslocado forçadamente em direção tanto às encostas dos morros que cercavam a cidade do Rio de Janeiro, como em direção aos bairros periféricos que se desenvolveram a partir da expansão da linha férrea. As feiras, mercados, barracas de comida, rodas samba, maltas de capoeira e outras práticas populares, compreendidas por Simas como tentativas de “terreirização”, ou seja, encantamento do espaço e da vida urbanos e que eram amplamente desenvolvidas em áreas públicas da cidade e que foram proibidas e perseguidas.

A “Lei da Vadiagem”, ao criminalizar a presença nas ruas de quem não pudesse provar que era “trabalhador”, condenou ao desaparecimento todo um modo de vida propiciador de sociabilidades outras para além daquelas pré-definidas pelo Estado. Foi nesse contexto que busquei olhar as ocupações e os movimentos populares de luta por moradia segundo a maneira como os próprios moradores e/ou militantes procuravam se enxergar: comunidades em aprendizado, inacabadas, imperfeitas, em movimento e em luta, que, como forma de resistência, precisavam buscar algum tipo de subversão da ordem que a tudo tolhe, já que se negam a morrer ou desaparecer.

Ser quem se é, de forma autêntica, inclusive invocando sua ancestralidade para isso, era e é algo permanentemente negado às classes populares, vide a dificuldade de determinação da árvore genealógica de boa parte das pessoas negras deste país. Em “Água de barrela”, romance histórico que conta a história da família da própria autora, Eliana Alves Cruz recorre aos relatos orais para

determinar sua árvore genealógica, o que de início a escritora pensava ser impossível. O livro, no entanto, não se furta a registrar a destruição dos “documentos da escravidão” empreendida pelo então ministro da fazenda do governo de Deodoro da Fonseca, Ruy Barbosa, que com o objetivo de sanear as contas do estado brasileiro, apagou a história não apenas dos descendentes dos escravizados, mas de toda a sociedade ao acabar com grande parte das fontes documentais de nosso passado e dificultando o entendimento de nós mesmos individual e coletivamente.

O que puder observar - percepção que nada tem de genial ou perspicaz, mas que para este pesquisador foi extremamente transformadora - foi que a busca do sentimento de comunidade é por si só pedagógica e revolucionária e não depende necessariamente de uma elaboração teórica que se pretenda complexa, pois um conhecimento produzido coletivamente não tem maiores pretensões de difusão enquanto produto teórico, nem de sucesso acadêmico. Não que não haja reflexão em um movimento social de tal natureza, ao contrário, sem reflexão não se vive e não se luta, mas o que está em jogo é a sobrevivência e a autoestima das pessoas, não a inteligência científica individual do pesquisador. Seu compromisso é com a vida, com a comunidade e com o território do qual o indivíduo não se separa. E não é necessário um pensamento crítico acadêmico erudito de reconstrução da história das ideias para a percepção do que, na linha de frente da luta se torna óbvio: a conexão indissolúvel entre ser humano e natureza faz com que a luta por direitos humanos seja na verdade a luta por território e que a transformação do entorno e das relações que ali se estabelecem é fundamental tanto à processos internos e psicológicos de cura e/ou amadurecimento, quanto externos e civilizatórios de valorização da vida e de preservação do meio ambiente.

Aqui está a pedagogia: o modo de vida coletivo é o que permite o autoconhecimento e a formação do sujeito integrado. É através do outro que nós existimos e o movimento social aqui observado traz isso de forma implícita. Além disso, a reconstrução desse sujeito passa necessariamente pela reconstrução do espaço urbano e pela recuperação de sua condição de sujeito no território. Desfazendo a percepção errônea segundo a qual sociedade e natureza são coisas distintas. Nesse sentido, a própria luta ensinou que se inicialmente foi necessário se organizar para garantir o teto e com isso reduzir a vulnerabilidade dos seus corpos, sua empreitada em direção à dignidade passa também pela possibilidade de circulação pelo território, ampliando suas demandas à medida em que se percebem como parte de um ecossistema. A própria percepção da cidade como meio ambiente é uma barreira a ser transposta, tendo em vista sua importância como símbolo maior da

racionalidade científica moderna. Parece terrível que o óbvio seja ainda algo a ser explicado, mas é o que ocorre diante de uma estrutura de poder colonial que teima em se impor.

Segundo as cosmologias Iorubá, Bantu de outros povos que aqui aportaram forçadamente vindas de África, o oposto da vida não é a morte, mas o desencanto. Sem reconhecimento, aceitação, conexões físicas e espirituais, festas, luto e pranto pelos que se vão, não vale a pena mesmo viver. Segundo Luiz Antônio Simas, ao descrever algumas das estruturas e processos de significação do mundo inscritas nos corpos e mentes dos que aqui foram escravizados, alguns mortos ainda se encontram inapelavelmente vivos, ao passo que alguns dos vivos já estão fazendo estão “hora extra” sobre a superfície terrestre. Se nossas histórias permanecem sendo contadas mesmo depois de nossa partida, significa que fomos capazes de driblar a morte, sendo a cultura é a chave para a eternidade.

Sua prática, dessa forma, de maneira orgânica, busca a “terreirização” da cidade, isto é, o encantamento do espaço físico e/ou simbólico diante a secularização empreendida pela modernidade. Tal encantamento é observável em lugares muitas vezes esquecidos pelos gestores urbanos, lugares que inicialmente não possuíam função ou cuja função era totalmente distinta daquela praticada pelas pessoas que de fato os utilizam e os atualizam. Passa por aí a reconstrução da comunidade e o resgate do sentido do mundo e da vida.

A analogia que procuro estabelecer aqui é entre essas formas de (re)existência e antigas táticas de sobrevivência típica de quilombos, como aponta Beatriz Nascimento*. Não pretendo classificar as ocupações estudadas como quilombos modernos, mas defendo que a busca de uma ancestralidade, assim como em quilombos antigos ou modernos, possui uma função social fundamental de autocriação e criação de sociabilidades e coesão de grupo, indispensáveis à luta por transformações sociais.

O quilombismo configura-se, assim, como projeto civilizatório, pedagógico e como crítica à noção capitalista de meio ambiente. O corpo-território para o quilombola não pode ser visto como mercadoria, já que este é a extensão da alma. E esta não pode ser comprada ou vendida, sob pena de uma morte em vida. O que o trabalho de Nascimento nos mostra é que as iniciativas de trabalho e de produção do modo de vida definidas por e para o coletivo – ampliando a noção de liberdade individual e compreendendo-a como liberdade de associação, reflexão e produção coletiva da vida – não só permitem um relacionamento mais harmônico com o meio, como permitem relações sociais mais harmônicas.

O campo da educação ambiental que, juntamente com um coletivo, procuro disputar, volta-se para o quilombismo, visto também como tecnologia social comunitária, e chama a atenção para a importância da valorização não só dos saberes tornados corpo, como definiu Bourdieu, mas também para os saberes tornados território, principalmente através da experiência popular. Não se pode perder de vista, onde quer que seja e a propósito da constatação de inseparabilidade entre sociedade e natureza, que o território é considerado, por parte do poder administrativo, na sua produção incessante da escassez e, portanto, nas distinções sociais apreendidas e reproduzidas com e a partir dele. O racismo, dessa forma, manifesta-se ambientalmente. Para Santiago Arboleda, na Colômbia, no Brasil e em outros países marcados pela diáspora africana, a produção organizada a partir de elementos culturais brancos europeus e capitalistas estimula pedagogicamente o desejo de um branqueamento e naturaliza a limpeza étnica e/ou cultural, que se manifesta, entre outras formas, territorialmente. Nesse ponto o autor diferencia a terra – um conceito capitalista, utilitarista e colonialista – do território, que leva em consideração os saberes das populações ancestrais desenvolvidos em uma outra relação com a terra, menos utilitarista, menos mercantilizada e muito mais integrada.

Nesse sentido, ao invés do termo espanhol “desplazados” para caracterizar as diásporas atuais, os deslocamentos forçados e o massacre dos povos tradicionais, o professor Arboleda prefere o termo “desterrados”, incorporando assim tais indivíduos à categoria de vítimas ambientais e valorizando suas narrativas. É fundamental, para ele, o registro e a catalogação das memórias orais destas populações, além da consolidação dos dados sobre os assassinatos e deslocamentos forçados, constituindo o que este professor chamou de uma “etnoeducação ambiental”, onde as populações locais e/ou tradicionais podem ser consideradas as maiores produtoras de saberes sobre seu entorno. A memória possui, assim, uma função pedagógica capaz de reforçar as lutas dos movimentos sociais por reconhecimento. Não nos esqueçamos que a própria ideia de humanidade é uma construção e, portanto, deve ser ensinada. A etnoeducação é, na visão de Arboleda, a única forma de barrar o “ecogenocídio” promovido pela aceitação, também pedagógica, dos valores modernos pelas populações subalternizadas das américas, onde o racismo estrutural, ao manifestar-se no espaço geográfico, encarrega-se de, via instituições capitalistas, justificar e naturalizar a criação de zonas de sacrifício, assim como seres humanos sacrificáveis.

É no contexto teórico da etnoeducação ambiental proposta por Arboleda que compreendemos a importância da obra de Beatriz Nascimento. Em suas obras, ambos destacam a necessidade de uma

pedagogia que desenvolvam um olhar histórico que, partindo dos conflitos diários e cotidianos, enxerguem as continuidades históricas e nos permitam perceber as relações entre a as desigualdades de hoje e de ontem, isto é, entre as reparações atuais e históricas e seu papel na disputa de narrativas em curso. No entanto, as associações conceituais estabelecidas com as filosofias afrodiaspóricas empreendidas nessa investigação nem sempre foram encontradas prontas, acabadas, perfeitamente nítidas ou facilmente identificáveis. Foi necessário um esforço de adequação do olhar para uma descrição mais fiel da experiência de pesquisa.

Partimos da perspectiva de que a cidade do Rio de Janeiro é, portanto, um espaço em disputa. Dessa forma, urge reconhecer o papel fundamental exercido pelos elementos culturais de matriz africana e ameríndia que compuseram esse cenário e que se desenrolam a partir das constantes diásporas a que foram e ainda são submetidos grandes contingentes populacionais subalternizados. Desde a produção baseada na escravidão durante período colonial até as reformas urbanas atuais – desagregadoras que são do modo de vida popular e comunitário – o que se observa é uma tentativa de ocultamento de outros modos de vida e perspectivas de mundo. No entanto, iniciativas populares como a que estudamos tornam evidente de que forma essas diferentes culturas em diálogo incorporam ou exportam significados, contribuindo para o grande amálgama que é o Brasil. Mesmo diante da opressão e, muitas vezes, da invisibilização, tais elementos não desapareceram, apenas se espalham pelo território, cabendo ao pesquisador a tarefa de costurá-los, permitindo novos olhares para o que sempre esteve ali e buscando o estabelecimento de uma forma de fazer pesquisa a mais descolonizada possível, tendo em vista as referências teóricas aqui assumidas.

1.3.2 Uma educação ambiental *pilintra*

*“Pedrinha miudinha dentro dessa aldeia
Uma é maior, outra é menor,
A mais pequena é que me alumeia”
(ponto de caboclo)*

Luiz Antônio Simas é um historiador, intelectual e sacerdote umbandista brasileiro que tem se mostrado fundamental para todos os interessados nas disputas travadas no campo das ciências

humanas. Ao mesmo tempo, no entanto, é, um cronista do Rio de Janeiro e do Brasil, de suas esquinas, botecos, malandros e passistas, heróis e vilões, orixás e encantados, caboclos do campo e da cidade, sábias matriarcas, domésticas, sacerdotisas, pombagiras, santos guerreiros, pretos velhos, tupinambás, porteiros, flanelinhas e todos cujas histórias possam dizer algo sobre o espírito humano.

Quanto mais estudamos as coisas comuns, o cotidiano, as pedras miúdas, como anuncia o ponto do caboclo, as pequenas ações do dia a dia, melhor compreendemos as relações humanas de maneira mais ampla. Quanto melhor entendemos o átomo, melhor entendemos o universo - essa é a conclusão a que têm chegado os mais modernos estudos sobre astrofísica - pelo simples motivo de que não há como compreendê-los separadamente. Ou os aprendizados acerca de ambos caminham juntos ou simplesmente não caminham.

A obra desse autor me serviu de alerta para a possibilidade real de produção de conhecimento e a necessidade de conectá-lo ao popular e ao mundano. Contagante é a convicção do autor na concepção segundo a qual não é possível entender a história sem reconstruir o corriqueiro, o sem importância, diluindo, assim, as fronteiras entre mundos espacial e simbolicamente distantes, e no questionamento de toda autoridade científica que do alto de um arranha-céu pretenda decifrar melhor a cidade.

O historiador reconstitui a aventura civilizatória brasileira através da explicitação do conflito inaugurado pela colonização e que contrapõe um país que não se aceita negro nem indígena com outro que insiste em sobreviver ao etnocídio, produzindo beleza na frestas dos muros erguidos pelo poder estabelecido com vistas à segregação dos indivíduos e que propõe a destruição de quaisquer laços de colaboração e sociabilidade que escapem ao seu controle. De um lado, a busca por liberdade de associação e autocriação coletiva, horizontal e democrática; de outro a busca patológica pelo poder e pelo domínio puro e simples sobre o território e sobre os corpos, que, injustificada e ilegítima, faz uso de todas as possibilidades ao dispor da elite branca para controlar a produção de sentido sobre a realidade.

Simas chama a atenção para o fato de que a herança Negra e ameríndia no Brasil produziu permanências que ao invés de desaparecerem como pretendia o poder colonial, espalharam-se pelo território, deixando pistas que podem ser seguidas apenas pelo investigador mais atento: pedras miudinhas, escombros e/ou entulhos, que permitem a reconstrução do passado da cidade e de seus moradores. O autor, por vezes, investe na arte para nos mostrar verdades antes indecifráveis sobre

nós mesmos. Ao colocar sentado na mesa de um botequim o Caboclo da Pedra Preta e Walter Benjamin, Simas (2019, pág. 75) usa de realismo fantástico para contrapor cosmologias, saberes e perspectivas diversas sobre o mundo e, assim, tecer suas *sabenças*. Em “flecha no tempo” Simas chega à seguinte conclusão:

“Nessa rota, dizemos ludicamente que nos inspiramos nas lições do Caboclo da Pedra Preta, aquele que cantou a beleza da Pedrinha miudinha de Aruanda e encontrou no que aparentemente insignificante o caminho para entender e indagar o mundo. Para nós, Walter Benjamin consultou-se com ele numa macaia imaginada. Buscamos pensar a cultura carioca a partir de um poder que Exu, o orixá iorubano, tem: o de ser "enugbarijo", a boca que tudo come. Exu come o que lhe for oferecido e, logo depois, Restitui o que engoliu de forma Renovada, como potência que, ao mesmo tempo, preserva e transforma. A cidade que nos interessa é aquela que nas frestas e esquinas rito alisa a vida para o encantamento dos cantos e dos corpos”.

(Simas, Luiz. “Flecha no tempo”, pág.75)

Inspirado nessa e em outras obras desse autor, ocorreu-me a urgência de uma Educação Ambiental Pilintra. Primeiramente, é necessário entender o lugar da educação na constituição do ser humano. Esta é, nesse sentido, mais do que mero processo de escolarização ou de transmissão de conhecimentos socialmente valorizados, mas principalmente como o processo de construção da humanidade. Dessa forma nós nos transformamos em seres humanos à medida em que nos relacionamos com o mundo, isto é, com outros homens e o meio que nos cerca. Retiro daí duas conclusões. A primeira é que qualquer educação é ambiental, já que todo conhecimento se dá em diálogo com território. A segunda, é que o colonialismo se reproduz de forma sistematizada e, portanto, pedagógica. Esta é, em última instância, responsável pela constituição de uma humanidade abortada e incompleta, que estaria na base da atual crise ambiental e do conhecimento.

Se a educação ambiental reside no diálogo entre sociedade e natureza, tal relação, sob o capital, é marcada pela destruição ambiental, já que a ação humana marca o território. E o capitalismo seria a racionalização matemática e técnica dessa necropedagogia colonial.

Enfrentar a crise do conhecimento e ambiental é enfrentar as relações que subordinam o conhecimento produzido pelos povos do sul global. E que a construção da subordinação seja substituída pela construção da alteridade. Tal construção exige uma pedagogia que não perca de vista em nenhum momento a retomada das rédeas de nosso próprio destino, sendo pautada a todo momento pela busca da autonomia e respeito à vida, principalmente se este for um projeto realizado a partir de condições objetivas extremamente desfavoráveis.

Nesse sentido, a busca da poesia e da arte a partir da matriz linguística do colonizador é um empreendimento que vai além da simples crítica e transmuta-se em criação de linguagem e significados em todos os espaços possíveis da ordem estabelecida, como nos ensinou bell hooks (2013, pág. 223-224). Dessa forma, se o centro do poder, de maneira unidimensional, desenvolve a linguagem do direito a fim de legitimar-se, cabe nós, além contextualizá-la no tempo-espaço, traduzi-la e expandi-la, de forma a manipular abertamente seu significado em favor da coletividade, de forma que a liberdade de autodeterminação em relação ao modo de vida praticado no e a partir do território seja devidamente justificado e legitimado, tomando a forma do que a modernidade entende por direitos humanos.

Nesse ponto torna-se indispensável a contribuição ética e filosófica presente figura popular do *malandro* e daquilo que ele representa, ou seja, a atualização simbólica, discursiva e, ao mesmo tempo, corpórea de uma resistência cultural dinâmica e criativa atravessada enormemente por sua tradição afrobrasileira, mas também ameríndia e até europeia. Desde o ciclo do ouro no século XVIII, passando pelo ciclo do café no século XIX e chegando até o período industrial nos séculos seguintes, o porto do rio de janeiro, responsável inclusive por sua elevação à condição de capital do país em determinado momento, impôs a esta cidade uma vocação cosmopolita. E da forma como a enxergam outros saberes - que inclusive dividem o espaço com o saber cultural hegemônico sem por ele serem levados a sério - reside aí sua maior potencialidade.

No cruzamento das narrativas das diversas Áfricas em nossas ruas e senzalas com as cosmologias ameríndias e, até, europeias, percebemos um imbricamento de mitos e lendas que até hoje exercem uma função tão pedagógica quanto revolucionária e transformadora. A figura de seu Zé Pilintra, típica do culto do catimbó - conjunto de rituais e crenças místicas que envolvem práticas da

pajelança indígena do catolicismo popular nordestino e também do candomblé - mistura-se, assim, com a da cidade do Rio de Janeiro e sua consolidação como maior porto de entrada de pessoas sequestradas em território africano e vendidas como escravas no Brasil.

No ensaio “Zé Pilintra: juremeiro do catimbó e malandro carioca”, Simas nos apresenta como uma síntese acerca das lendas sobre o encantado que habita as encruzilhadas e de sua viagem até aportar em terras cariocas. Tendo surgido do contato entre as tradições culturais Jeje-Nagô e a pajelança indígena de matriz Tupi, Zé Pilintra é um tipo de encantado associado ao movimento, ao trânsito, à mudança, à comunicação. Da linhagem de Exú, orixá que na religião iorubá representa o elo entre o céu (Orum) e a Terra (Ayê), Zé Pilintra, na umbanda, assume função semelhante, a da mudança, do movimento, do encontro e da disposição para o outro. Uma de suas histórias, segundo Simas (2019, pág. 17-20), conta que um tal José de Aguiar, nascido no interior de Pernambuco, foi morar no Recife e se apaixonou. Não sendo correspondido, peregrinou pelas praias do Nordeste a fim de aliviar sua dor, passando pela Paraíba e por Alagoas e, tendo sido iniciado nos rituais da jurema sagrada pelos índios caetés, encantou-se. Veio bater em terras cariocas transladado por uma quantidade enorme de migrantes nordestinos - vítimas do tráfico legal ou ilegal de escravizados, da concentração de terras e, mais tarde, da mecanização de boa parte das lavouras - e aqui seu Zé transformou-se. Abandonou as roupas de mestre da jurema e hoje baixa nos terreiros de terno de linho branco, chapéu-panamá e gravata vermelha. A adaptação é a principal característica da malandragem. O malandro nunca “bate de frente”, pois sabe dos horrores que o colonizador é capaz. De mestre juremeiro à malandro da Lapa, Zé Pilintra é o indivíduo em trânsito permanente, que faz de sua odisseia um ritual de cura, transformando em ataque o movimento de defesa, a exemplo da esquiva que vira rasteira.

É sob essa perspectiva que passei a enxergar o MNLM e sua sede carioca, ou seja, um golpe certeiro de capoeira na face do colonialismo. Essa forma de ver parte de seus moradores, incansáveis em imaginar e articular saídas para as investidas do capital. As experiências por mim vividas no pouco contato com os moradores das ocupações visitadas levaram-me a acreditar que exemplos de desobediência civil de tal natureza, bem sucedidos ou não, carregam um potencial pedagógico riquíssimo, que não nega possíveis aprendizados advindos do corpo-território e da organização coletiva para a luta e sobrevivência.

2. Abordagem teórico-metodológica

O método corresponde ao percurso de construção do conhecimento. Essa palavra é composta do prefixo grego *metá*, que significa “atrás de”, “em seguida de”, “através de” ou “por meio de”, acrescido do sufixo *hodós*, que significa “caminho” ou “trajeto”. A própria etimologia da palavra nos apresenta uma questão importante a ser respondida: é possível estabelecer qualquer caminho sem antes pôr os pés no chão? Não pretendemos negar que refazer caminhos pode trazer novos olhares sobre o que se pretendia conhecido, mas o que nos impede de tentar traçar novas rotas? Não estamos propondo um método revolucionário de pesquisa, apenas destacamos que o conhecimento mais fecundo constrói-se baseado num “não saber” sem o qual a ciência fica reduzida ao dogma religioso.

2.1 Entre teoria e prática

Quando não há nariz para sentir os perfumes da natureza, tais não existem. O mesmo acontece com as cores, sabores e sons maravilhosos do mundo. Os animais também têm sentidos, vêem cores, sentem sabores etc., mas sentem de modo diferente do homem. O homem não só vê mas sabe que vê, não apenas ouve, mas sabe que ouve e transforma isso em arte e linguagem. Por isso o ser humano fica aberto a inventar constantemente novas formas de vida, ele se autocria. A própria linguagem humana é um constante manejo de símbolos. Dessa forma, a capacidade auto-reflexiva, característica do homem, é o eixo sobre o qual se prolonga a evolução. Esta, por sua vez, se dá no diálogo com o outro, isto é, na sociabilidade, colaboração e convergência de interesses. Para Maturana (1998, p. 20), colaboração e solidariedade são comportamentos que se desenvolveram de maneira concomitante à expansão do cérebro humano, num processo de retroalimentação. A partir do momento em que incorporamos hábitos de solidariedade, como cuidar dos mais velhos e dos deficientes, e de cooperação para a produção de alimentos e outros projetos é que o sapiens obteve maiores ganhos evolutivos. A descoberta do outro é a maior das descobertas tecnológicas. Outras formas de vida animal, por outro lado, vivem mergulhadas em sensações. O instinto não é a ausência total de abstração da realidade, mas não há dúvida que o ser humano possui um horizonte maior de ação e manipulação do seu entorno.

O homem vê o mundo enquanto olha para si mesmo, ou seja, enquanto, pela vista, ele vai ao objeto, ao mesmo tempo, está dobrado sobre si mesmo, dobrado reflexivamente sobre sua ação de ver e, assim, se dá conta de estar vendo e criando o objeto ao mesmo tempo em que o vê. Forma-se assim

uma segunda camada de sensações e interpretações das sensações, em um ir e vir entre ação e reflexão, prática e teoria, numa dinâmica que constitui a psique humana e, conseqüentemente, a identidade. O homem atribui e reatribui constantemente sentido ao meio e a si mesmo. Ele é o mediador do sentido pleno do mundo, isto é, realiza o mundo enquanto realiza a si mesmo. Nesse sentido, por exemplo, construir ferramentas e instrumentos supõe a capacidade de transcender o universo empírico, abstraindo das circunstâncias singulares e da experiência imediata para elevar-se a um horizonte mais amplo, de cuja vivência ele extrai o que considera serem os ensinamentos que guiarão ações futuras, independentemente das diversas formas que tomem as racionalidades inerentes a cada cultura.

É nebulosa a fronteira entre instinto e reflexão, assim como entre ser humano e natureza, teoria e prática, ao ponto de serem inseparáveis no extremo da argumentação, mas a possibilidade que têm homens e mulheres de conceber o mundo para além do empírico impede, por exemplo, que a teoria darwiniana seja aplicada de maneira justaposta à sociedade, pois o homem não está apenas mergulhado no mundo e nas sensações como os outros animais. Se a forma mais elementar de vida é prospectiva, o ser humano é prospectivo e reflexivo. E se pode transformar o meio, ressignificando-o, pode também, por exemplo, construir uma concepção sobre sua própria humanidade que não seja pautada exclusivamente pela competição, como pretendiam os positivistas, dentre eles os economistas clássicos. Se determinada concepção de mundo é verdadeira ou não, não é o mais importante. O importante é que ela seja reconhecidamente coletiva, livre dos grilhões do instinto sem negá-lo, ainda mais se este é elevado ao patamar de valor cultural e objetivo último da ação.

Ao criticarmos tal concepção positivista, abrimos espaço à possibilidade de conhecimento do mundo para além da simples dimensão material e empírica, dando oportunidade a novas sensações e experiências, novas reflexões a partir da própria reflexão, num movimento que jamais terá um só resultado, visto que é fruto de uma autocriação e depende das circunstâncias. Essa autocriação permite ao homem viver não apenas o tempo presente nem apenas o espaço imediatamente próximo. Ele transcende todos esses limites em direção a um futuro (prospecção), que jamais poderá ser único, do contrário estaríamos negando a diversidade das formas da autocriação humana e a capacidade da ciência e da arte de dilatação do tempo-espaço. A cultura tem um sentido básico: o encantamento do mundo. A práxis humana como autocriação e constituição do próprio humano são entendidas aqui como um processo. Daí a importância da pedagogia e sua relação com a cultura

e reprodução do modo de vida (Carlos Frederico Loureiro, 2019, informação verbal¹). A liberdade, então, consiste na possibilidade do ser humano utilizar as criações simbólicas e representações de gerações anteriores para a partir delas, num jogo em que se negocia constantemente as regras e os significados, de maneira a modificar as circunstâncias, ao menos no médio e longo prazos, e entender-se como agente histórico.

Sendo o mundo de hoje prenhe de situações desfavoráveis à saúde mental da maioria, surgem espontaneamente movimentos autodidatas e de autocriação que, jogando nas brechas, como diria Luiz Simas, procuram no coletivo a transformação das circunstâncias de sua existência. Por criação de situações favoráveis, entendo a recuperação da possibilidade de reflexão sobre o mundo, com isso, da condição de agentes produtores de nós mesmos, o que é negado pela colonialidade, inclusive em sua vertente moderna, onde persiste a hegemonia de uma forma de única de ser e de saber sobre as demais. É recuperar a possibilidade de produção de sentido sobre o mundo e sobre a experiência vivida.

Nosso objetivo tornou-se, então, o de tentar sistematizar as formas de conhecimento invisibilizadas pelo saber/poder hegemônico sem vilipendiá-las, ao contrário do que pretendem os planejadores urbanos sobre a ordem da cidade, símbolo maior desse saber/poder moderno que nos circunda com “objetivos domesticadores”. E digo objetivos domesticadores porque é exatamente isso que pretendem os planejadores das cidades modernas, os chamados gestores urbanos, inseridos que estão em uma geopolítica mundial que pretende o controle dos corpos e a alienação do sentido do trabalho e da vida. Dentro desse contexto, tudo deve ter seu lugar pré-definido, cada moradia, cada bairro, cada rua, praça ou viela. Aquilo que não tem lugar deve ser posto de lado, desvalorizado, desconsiderado.

2.2 Teoria, prática e cadernos de campo

Explica-se porque o reexame dos cadernos de campo constituiu aqui parte fundamental do método. Tais reflexões, no entanto, somente se tornaram possíveis a posteriori, com certo afastamento da experiência vivida pelo pesquisador em suas andanças, já que nenhum aprendizado se dá de forma automática. É da memória que deriva aos homens a experiência. E é desta que derivam a ciência e a arte. Na verdade, a ciência e a arte vêm aos homens por intermédio da experiência. Dessa forma,

¹ Palestra virtual oferecida durante o III Curso de Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina, realizado entre julho e agosto de 2019 nas dependências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, campus Praia Vermelha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNdOEST6Blo>.

se a arte e o conhecimento constituem a identidade, esta, por sua vez, é condicionada pelas circunstâncias. O “eu” necessita de sua circunstância e seu ser é essencialmente um ser no mundo. Desse metabolismo entre o indivíduo e o ambiente nascem as formas de vida coletiva e as instituições sociais. A liberdade consiste, então, na seleção dentre as possibilidades de autodeterminação, que estão intimamente ligadas à linguagem e às formas de expressão em geral. Para o homem, as coisas do mundo sempre são mais que simples coisas. Não conhecemos as coisas quando conhecemos sua composição química apenas. As coisas do mundo têm sentido próprio sob nossos olhos. A partir dele, o mundo se manipula a si mesmo, ou seja, é manipulado pela mão e pela inteligência do homem, num constante jogo simbólico. Este mundo não mais se apresenta como algo acabado. Apresenta-se, sim, como material para o homem construir seu próprio mundo. Ele, no entanto, permanecerá sempre vinculado a este mundo, a realidade que o circunda. Sendo livre, ele permanece sempre condicionado por essa realidade.

As dimensões da interação entre o indivíduo e a sociedade consistem num “ir e voltar” complexo e fundamental na medida em que constitui nossa visão sobre o mundo. Dessa forma, a construção da autonomia individual passa pela possibilidade de projetarmos sobre esse mundo nossa visão sobre o mesmo, tendo esta sido construída após e durante, mas não antes, da experimentação desse mundo. E é essa reflexão concomitante com a experiência que nos permite agir sobre o mundo.

Dito isso, acredito que, nossa possibilidade de jogar com a realidade está condicionada por representações coletivas anteriores que constituíram esse mundo antes do nosso nascimento e com os quais estamos sempre jogando, mesmo quando estas representações constituem circunstâncias desfavoráveis dependendo do tipo de relação que um é capaz de estabelecer com o meio. Desde Freud, compreendemos que a forma assumida pela sociabilidade (mundo material para Marx – tendo em vista que a mercadoria é, antes de mais nada, uma relação social) terá efeitos na identidade, na psique e, portanto, na personalidade, incidindo inclusive sobre o próprio pesquisador. Em outras palavras, é preciso perguntar sobre quem pergunta. Sem tal exercício, não há ganho civilizatório, alegado objetivo da Ciência. O processo pedagógico é também uma busca por autoconhecimento. Diante disso, não optei por questionários estruturados de antemão, mas pela “*conversa como metodologia de pesquisa*”.

2.3 A conversa como método e o método como luta

Diante do que até aqui foi exposto e da conclusão de Paulo Freire - que de tão óbvia, passa muitas vezes despercebida - segundo a qual “o mundo não é, o mundo está sendo” - esperamos ter

conseguido justificar nossa argumentação segundo a qual não existem percursos pré-determinados nem receitas de bolo tanto para processos pedagógicos, quanto de transformação da realidade objetiva. O caminho se faz caminhando. E o caminho é marcado tanto pela trajetória no espaço-tempo, quanto pelos encontros ocorridos ao longo do mesmo, que tem o poder de dilatá-lo e contraí-lo. Esses encontros, no entanto, tornam-se tão mais instrutivos e produtivos quando nos abrimos ao novo, ao diferente. O diálogo, na forma de uma simples conversa, pode constituir uma poderosa ferramenta de investigação do meio e de crescimento pessoal.

A conversa é uma tentativa de encontrar o outro, abrindo-se ao inesperado, constituindo-se enquanto caminho que jamais pode ser antecipado, pois se constrói na presença, na vida vivida, no aqui e agora. Uma conversa, ao ser revisitada pela memória, pode constituir elemento poderoso de construção de alteridade. Dessa maneira, vida e conhecimento estão interligados, sendo que o segundo jamais poderá prescindir da primeira, muito menos antecipá-la. A pesquisa, então, como forma de busca pelo saber, tem a chance de ultrapassar os limites da mera exigência acadêmica, apresentando-se como instrumento transformador da vida, principalmente a do pesquisador. Qualquer pretensão para além dessa escapa ao controle e pode prejudicar nossa capacidade de escuta.

A conversa dessa maneira será um gesto pedagógico à medida em que educar pode ser entendido uma ação coletiva deliberação acerca da possibilidade de criação de autonomia em relação ao destino individual e de grupo. Nesse sentido, conversar passa ser menos sobre o ser das coisas e mais sobre o que há nas coisas e seus efeitos sobre nós, não tendo tanto a ver com “colocar-se no lugar do outro” já que esse lugar é do outro, mas dar ouvidos a sua experiência. O que sustenta a comunidade, creio eu, é a potência presente no ato de conversar e trocar experiências. O testemunho pessoal puro e simples é mais rico do qualquer conselho ou lição que se pretenda passar, porque pressupõe, por parte de quem o oferece, uma abertura à crítica externa. E sem tal abertura, não existe diálogo, apenas convencimento.

A conversa já de início é uma tentativa nem sempre bem sucedida de superação de qualquer assimetria na possibilidade de enunciação discursiva. Por esse motivo, assumo a arte de conversar como uma metodologia poderosa de pesquisa, que tira o pesquisador, assim como o professor, de seu lugar de poder, desestabilizando-o e convidando-o a repensar saberes e certezas cristalizadas e abrindo espaço à criação e à invenção. É ela que mobiliza o pensamento na direção do que ainda não foi pensado, alterando o rumo mesmo da pesquisa. Dessa forma, até mesmo a impossibilidade

da conversa, ainda que incerteza ao pesquisador, pode nos trazer informações importantes sobre o mundo e sobre nós mesmos.

A “ordem natural das coisas” instaurada pelo positivismo e pela Revolução Industrial provavelmente classificaria tal perspectiva teórica de pretensões “horizontalizantes” - e em certa medida iconoclastas - como caos, irregularidade e desvio em relação a um padrão esperado, classificando-a como erro a ser evitado sem, no entanto, nos apresentar uma maneira adequada de lidar com a realidade que sempre nos escapa, como no caso de uma entrevista que se desestrutura e que segue por outros caminhos, apresentando-nos a “encruzilhada”.

Por vezes, pensei em assumir modelos metodológicos já conhecidos como entrevistas semi-estruturadas, entrevistas abertas e outras mas minha experiência de pesquisa anterior - durante a construção do trabalho de conclusão da pós-graduação Sociologia Urbana pela UERJ, onde procurei estudar projetos habitacionais populares de arquitetura modernista - levaram-me a desconfiar da adequação de tais estratégias de pesquisa e a questionar se de fato o que eu fazia poderia ser chamado de entrevista.

Apelo, pois, à filosofia popular presente no ponto de umbanda dedicado à figura do caboclo: “Pedrinha miudinha de Aruanda, ê/ Lajedo tão grande de Aruanda,ê / Uma é maior, outra é menor/ A mais pequena é que nos alumeia”. Outros saberes nos chamam a atenção para as pedras miúdas que edificam a vida cotidiana, pois é no dia a dia e “a pequeno” que se subvertem as línguas, transformando-as em veículo de sua própria superação e constituindo-se como máquina de resistência. É a conversa que nos apresenta o imprevisível, mas também o singular. Não se trata aqui, entretanto, de escolher entre entrevistar e conversar. Estes são mecanismos distintos de ver e viver a pesquisa. Gosto de pensar a pesquisa e o conhecimento como penso a conversa. Esta última não pertence a ninguém, nem busca tornar-se modelo. É errante como seu Zé; sem objetivos fechados mas com interesses claros: nesse caso, como as desigualdades sociais refletem-se em desigualdades territoriais que a realimentam.

O principal motivo, entretanto, que levou a optar por tal modelo investigativo foi o fato de que não seria possível entrevistar mais moradores-ativistas. Isso porque, de início, Lurdinha me preveniu que todas as manifestações públicas de integrantes do movimento passavam por deliberações coletivas prévias a fim de manter a coesão do grupo. “A maior arma da ocupação é a unidade”, me disse Lurdinha em vários momentos durante as visitas. Nenhum de seus integrantes fala à imprensa ou mesmo à pesquisadores acadêmicos sem um mínimo de solenidade, isto é, sem saber da

responsabilidade de estar falando por todos, o que dificulta o acesso à intimidade do entrevistado. O próprio fato de eu ter, por vezes, adentrado o prédio da ocupação já era um ato de extrema generosidade do grupo e de suas lideranças. Foi isso que motivou a recusa de Raquel, moradora da ocupação que me recebeu na primeira visita, em 2017, e que me passou o telefone da sede do MNLM Rio, localizada no mesmo prédio. Por localizar-se próximo ao Centro e por contar com o espaço necessário a seu funcionamento foi natural a escolha do lugar como escritório central do movimento.

2.4 Produção e motivação pessoal na pandemia

A pandemia que se instalou no mundo no ano de 2020 constituiu-se como um gigantesco obstáculo à continuidade desta pesquisa. Foi extremamente difícil e exaustivo realizar as necessárias observações de campo que, em determinado momento, cessaram completamente. Não tive, dessa forma, novas oportunidades de visitar as ocupações em questão nem de conversar mais com seus moradores a partir de março de 2020. O que já era difícil antes das medidas de distanciamento, tornou-se ainda mais complexo. Além disso, escolas paradas, aulas remotas - tanto na condição de aluno como na de professor - e a necessidade de dar conta de uma filha de 2 (dois) anos de idade formaram um conjunto considerável de barreiras à elaboração deste trabalho.

Outra dificuldade se deveu ao fato de que, como sou professor da rede privada e possuo contrato de trabalho vigente, não pude ter acesso às bolsas de pesquisa oferecidas aos pesquisadores, o que seria de grande ajuda, diante do quadro de redução de turmas, carga horária e salários que os professores têm enfrentado, mesmo os da rede particular. Da forma como está organizada, a maior parte da produção científica nas universidades é realizada sem nenhum tipo de remuneração aos pesquisadores e pesquisadoras, que, sim, são orientados por motivações pessoais, concluindo uma etapa importante da formação profissional, mas, ao mesmo tempo, constituem a mão-de-obra super especializada que busca, produz e divulga o conhecimento científico no Brasil.

Em âmbito nacional a situação política, à época da pesquisa, não se encontrava, como ainda não se encontra, menos desafiadora, com o governo eleito assumindo ares autoritários e ameaçando a

própria existência da universidade pública². Esta última encontra-se sob ataque direto. Reitores têm sido escolhidos à revelia das comunidades acadêmicas³, mesmo as infraestruturas de funcionamento das universidades públicas encontram-se sob o risco da total paralisia diante da redução do financiamento ou até mesmo dos cortes orçamentários destinados à cobertura dos gastos discricionários previstos no contingenciamento promovido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em abril de 2019⁴. Órgãos fomentadores da pesquisa e extensão, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram obrigados a rever a concessão de milhares de bolsas de pesquisas. Além disso, os dois ministros que comandaram a pasta até o fim de 2019 não se furtaram a dividir ataques frequentes a essa mesma comunidade acadêmica via

² Jornal Nacional. “UFRJ só tem verba para custeio até julho e pode fechar prédios e desativar serviços”. **G1**, Rio de Janeiro, 12 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/12/ufrj-so-tem-verba-para-custeio-ate-julho-e-pode-fechar-predios-e-desativar-servicos.ghtml>. Acesso em: mai. 2021.

³ Borges, André. “Bolsonaro impõe novas regras para escolha de reitores de universidades federais”. Portal UOL (conteúdo Estadão), Brasília, 25 dez. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/12/25/bolsonaro-impo-novas-regras-para-escolha-de-reitores-de-universidades-federais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: jun. 2021.

⁴ Tenente, Luiza e Figueiredo, Patrícia. “Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores”. **G1**, Rio de Janeiro, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: jun.2019.

jornais e/ou redes sociais⁵, contribuindo para a escalada do clima de animosidade nessas instituições de ensino superior.

Creio que seja importante narrar aqui as inúmeras dificuldades enfrentadas com o objetivo de inserir minimamente o leitor no contexto social e político em que a pesquisa foi realizada. Ocorre, no entanto, que a convivência com pessoas de tamanha resiliência e força, como era o caso dos moradores das ocupações observadas, me ajudaram a controlar o sentimento de autopiedade e reunir forças para seguir em frente, reduzindo as expectativas iniciais acerca da inserção no campo, revendo as estratégias de investigação e adequando os objetivos de pesquisa às reais possibilidades de realização da mesma. Para tanto, foi fundamental o pertencimento a um grupo de estudos. O GEASur - Grupo de estudos em Educação Ambiental desde el Sur, grupo do qual faço parte dentro da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) teve papel fundamental na organização da investigação. Meus colegas mestrandos e orientandos deram contribuição valiosíssima ao trabalho através de uma orientação horizontalizada e coletiva. Não foi uma tarefa fácil. E se chego emocionalmente saudável ao fim desta etapa da minha formação, não foi sem muitas perdas, sacrifícios e ajuda de meus companheiros, dentre os quais meu orientador.

3. Observação e pesquisa de campo

O objetivo do trabalho aqui proposto, como explicitado acima, é a investigação e registro dos processos pedagógicos inerentes à organização de um determinado movimento social de luta por moradia, o MNLM, mais especificamente duas ocupações urbanas, a Manoel Congo, localizada no Centro do Rio de Janeiro, na rua Alcindo Guanabara, nº 20, na Cinelândia, que neste ano de 2020 completa treze anos de existência, e a Mariana Crioula, localizada na Rua Pedro Ernesto 25, na Gamboa, em frente à Cidade do Samba e que é praticamente um desdobramento da primeira, sem a qual esta segunda não existiria. A observação de uma me levou a outra, mas até aqui tal aproximação não tem sido muito fácil.

⁵ “Ministro da Educação diz que universidades federais plantam maconha”. **Exame**, 23 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-federais-plantam-maconha> Acesso em: novembro de 2019.

Durante as visitas à Ocupação Manoel Congo, não pude gravar entrevistas e nem tirar fotos. Por esse motivo, todas as fotos desta ocupação aqui anexadas correspondem a fotos já publicadas na internet, principalmente no site do Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro). Já durante a visita à Ocupação Mariana Crioula, fui autorizado a tirar umas poucas fotos da parte traseira da estrutura interna do antigo armazém em que esta ocupação se localiza, mas também não pude gravar as conversas. Todo esse receio e desconfiança - que, segundo Lurdinha, é de praxe - é agravado pela atual conjuntura política brasileira que favorece a situação de perseguição e criminalização de movimentos sociais pelo aparato de estado, que se instalou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, exímio representante da extrema direita e do substrato mais tacanho, reacionário e violento de nossa sociedade. Nesse sentido, há que se realizar uma reflexão sobre o impacto real de uma pesquisa como essa sobre o próprio movimento social, uma vez que toda e qualquer fragilidade, contradição ou vulnerabilidade captada pelo olhar do pesquisador pode ser usada contra eles.



Entrada da Ocupação Manuel Congo (Fonte: Iterj)

A escolha inicial da Ocupação Manoel Congo se deu pelo fato dela se localizar no Centro do Rio de Janeiro, região que concentra boa parte das sedes de grandes empresas e bancos, privados ou públicos, transformando a região num polo de negócios não só da cidade, mas também do estado e tornando essa região mais valorizada, por exemplo, do que outras áreas vizinhas, como Gamboa

e Saúde, ainda que estas sejam por suas vezes tão centrais quanto. Ocorre que o Centro sofre até hoje efeitos das grandes reformas urbanas ocorridas e ainda em ocorrência na cidade do Rio de Janeiro. Foi essa mesma região, Centro, Zona Portuária, Praça XI, que, na virada do século dezenove para o século vinte, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, sofreu uma gigantesca reformulação, conhecida como o “bota abaixo” sobre a qual comentamos na introdução. Na mesma ocasião, consideráveis contingentes populacionais foram desalojados e os cortiços – tipo de habitação coletiva e popular típica da cidade do Rio de Janeiro no Brasil pré-republicano – em que morava boa parte dessa gente, foram destruídos. Parte dessa população desalojada se estabeleceu na base das encostas de alguns morros próximos, outra parte se estabeleceu ao longo da linha férrea que liga o Centro aos subúrbios cariocas. Como essa é a única ocupação bem-sucedida de um movimento social de luta por moradia numa área valorizada do espaço urbano carioca, pareceu-me à época uma excelente escolha de objeto de estudo.

Os processos de expansão territorial foram e continuam sendo nodais para a lógica capitalista. Se, no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais legitimava-se pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto atual, entram em ação outros mecanismos de poder que garantem a continuidade da expropriação. Para elucidar esse processo, formula-se a noção de colonialidade na apropriação da natureza, entendida como resultado da construção, no interior da modernidade, de mecanismos de instrumentalização do meio ambiente, seres humanos incluídos, transformando-o em mercadoria e submetendo-o à lógica da escassez.

O direito à cidade é o direito ao meio ambiente e à participação na gestão do mesmo. Para as lideranças do movimento, ao menos, fica claro que sua luta não é por direitos, mas por território. A ideia de direito à cidade é importante porque é a forma como o capitalismo compreende, classifica e filtra os anseios populares por participação no processo decisório que organiza o ambiente urbano, definindo quem pode ou não falar. A lógica positivista sequestra o pensamento racional e, com ela, a ideia de civilização.

A valorização de uma racionalidade específica europeia se entranha no cotidiano, na vida ordinária e simples através de instituições que se encarregam de moldar o sujeito através de métodos pedagógicos que fazem uso constante de símbolos e ideias que, só a partir desse momento, em cada paróquia, hospital, escola, prisão, etc, contribuem de forma bem-sucedida para que a sociedade se inscreva no sujeito de modo a transformá-lo num potencial mantenedor dessa mesma sociedade. Sociedade essa que se expande, transformando homens e mulheres em mão-de-obra e

a natureza em recursos naturais e commodities. Nesse contexto, então, as estratégias de luta dos movimentos sociais têm me ensinado muito não só sobre as correlações de força numa metrópole como a nossa e seus processos de exclusão, mas também sobre a montagem de redes de proteção social contra a tendência natural de expansão do sistema capitalista, que tenta o tempo todo restringir o direito à cidade àqueles que de alguma forma podem pagar por ele ou àqueles cujos privilégios econômicos, culturais e políticos sempre lhes garantirão acesso, renda e reconhecimento onde quer que estejam.

3.1 Visita à Ocupação Manuel Congo

No ano de 2017, já morando no Centro do Rio de Janeiro, próximo à Ocupação Manoel Congo, tive a oportunidade de acompanhar alguns alunos de ensino fundamental da escola em que leciono, Escola Dinâmica de Ensino Moderno - EDEM, em uma visita à mesma. Alguns dos jovens já haviam sido meus alunos em anos anteriores, mesmo assim fui eu o professor convidado a acompanhar a turma. Isso se deu por vários motivos: disponibilidade de horário, o fato de ser professor de geografia, o fato de já conhecer boa parte dos alunos e de defender abertamente o uso da cidade e da rua, como sala de aula, mesmo com todas as dificuldades que envolvem o planejamento de aulas externas, diante da mobilização necessária para garantia da segurança pessoal dos estudantes e também das adequações de horários e currículos em uma escola particular da Zona Sul, seja progressista ou não.

Quem inicialmente nos recebeu no dia da visita dos alunos acompanhados por mim e pelo educador e estagiário da escola foi Raquel, moradora da ocupação e cujo contato foi importante dois anos depois, quando decidi escrever aquele movimento social. Durante a visita - planejada por um dos estagiários em docência, ativista do Movimento Negro e ex-aluno da escola, me chamou a atenção o nível de organização interna dos moradores. Tudo era decidido coletivamente e as questões a serem discutidas eram muitas, desde a escala de revezamento da portaria até a formação das brigadas de limpeza e conservação, passando pelas taxas de contribuição necessárias ao pagamento de serviços essenciais como água, luz, gás e telefone. Taxa essa que, antes da separação das contas promovida pelas concessionárias dos serviços, dependia do tamanho do apartamento ocupado por cada família e girava em torno de cem reais.

Dois anos depois dessa visita, em 2019, consegui realizar uma outra, mas agora já com outros objetivos. Nessa oportunidade, fui recebido por duas das maiores lideranças do MNLM do Rio de Janeiro, Lurdinha e Janete. Nosso encontro começou tímido, mas a conversa fluiu de maneira natural e foi muito rica. As militantes foram bastante simpáticas, o que não as impediu de serem diretas. Lurdinha estava mais desconfiada das minhas intenções, ao passo que Janete de imediato começou a falar sobre um dos projetos da ocupação voltados para sua gestão financeira, o bistrô que seria aberto na parte traseira, isto é, nos fundos do edifício, cuja face se volta para a rua Evaristo da Veiga e de onde se vê facilmente o Teatro Municipal, o que não deixa de ser curioso, sendo este um monumento erguido pela aristocracia carioca no afã da celebração de si própria, em que pese este ser hoje um símbolo da cidade.

Segundo Lurdinha, a maior parte dos ativistas provinha de favelas ou periferias, ganhava até dois salários mínimos e exercia alguma atividade informal. Mesmo aqueles que possuíam carteira de trabalho assinada normalmente, para complementar a renda, faziam algum tipo de “bico”, mais ainda aqueles envolvidos com a construção civil, importantes inclusive para a manutenção interna do edifício ocupado. O novo endereço, no entanto, mudou um pouco essa situação, já que, a depender do CEP, pode ser bem mais fácil a obtenção de melhores empregos.

Muitas dessas pessoas, nos contou Janete em nosso último encontro, já na Ocupação Mariana Crioula, não possuíam renda suficiente para bancar aluguel, mesmo entre os imóveis mais baratos da cidade, e alimentação, fora os custos com vestuário e transporte. Trata-se de uma população em situação de extrema vulnerabilidade, que por vezes tem que escolher entre pagar o aluguel e comer, “comigo foi assim”, disse ela. E, sem entrar em detalhes, contou que passou por grandes dificuldades até ver realizado aquilo que o senso comum chama de o “sonho da casa própria”, mas que segundo ela era mais do que isso. A vivência dentro do movimento a fez enxergar que não se trata de uma questão de propriedade, essa é uma visão capitalista do ato de morar. Trata-se do direito de ir, vir, produzir e viver a cidade de maneira irrestrita.

Mesmo antes da ocupação ser efetivada - nesse caso, um ano antes - foi formada, como de costume dentro do movimento, uma brigada de infraestrutura responsável por analisar as condições da edificação, de modo a não oferecer maiores riscos aos futuros ocupantes. E as orientações da comissão são sempre respeitadas. Como nos disseram Lurdinha e Raquel naquela ocasião, sem a devida disciplina, a unidade e a sobrevivência de quarenta e duas famílias estariam em risco.

Em julho de 2019, decidido a abordar o tema da habitação em grandes metrópoles e após estabelecer novo contato via redes sociais com Raquel, obtive o telefone da sede do MNLM uma vez anteriormente visitada falei ao telefone com sua principal liderança, Lurdinha Lopes, que dias depois recebeu-me novamente para uma segunda conversa que ela imaginava ainda ser a primeira, mas não sem antes sugerir que convocaria Raquel para essa nova reunião a fim de garantir que a história contada por mim ao telefone fosse verdadeira, coisa que acabou não ocorrendo, já que Raquel não esteve mais presente nas outras visitas que pude realizar. O clima de desconfiança, no entanto, apesar das boas conversas que tive com Lurdinha e Janete, não se dissipou. O fato é que Lurdinha e Raquel já não se lembravam da visita dos alunos da EDEM dois anos antes, muito menos de mim, que os acompanhava na ocasião, comportando-me também como aluno.

Além disso, segundo Lurdinha, eu me encaixava no perfil do policial normalmente escalado para serviços de informação e investigação sob disfarce, popularmente conhecido como “P2”: homem branco, para padrões brasileiros, é claro, e jovem. Policiais negros raramente são escolhidos para esse tipo de trabalho, a não ser em situações em que a pele negra seja a tônica do ambiente a ser mapeado, o que não era o caso, apesar dos negros ali, em suas várias tonalidades de pele, serem maioria. E isso ficou claro em nosso primeiro diálogo, em que ela afirmou que eu tinha “cara de polícia”. Era necessário, portanto, criar uma estratégia cuidadosa de aproximação, o que a pandemia do Novo Coronavírus, que chegou ao Brasil no início do ano de 2020, não permitiu.

Ademais, como me informou Lurdinha, minha principal interlocutora durante minhas três visitas à ocupação Manoel Congo, outros pesquisadores e pesquisadoras que se interessaram pelo movimento e pelo fenômeno social que ele representa, não deram, segundo ela, a devida contrapartida à confiança neles depositada ao longo da última década. Muitos estudantes procuraram se aproximar do movimento nesse período, mas concluídos seus trabalhos, não havia retorno, o que evidenciava a relação utilitarista que muitas vezes o pesquisador estabelece com o pesquisado. Isso faz com que os militantes se sintam usados e expostos como seres exóticos; uma barreira difícil de romper, ainda mais porque a pesquisa depende do acesso à intimidade dessas pessoas. E o que eu poderia oferecer a essas pessoas em troca de sua confiança? Essas questões têm ecoado na mente desse pesquisador ao ponto de gerar dúvidas sobre a possibilidade de conclusão da pesquisa.



Lurdinha (Fonte: Iterj)

Em nossa conversa, Lurdinha falou, sem muitos detalhes, sobre sua trajetória de luta junto à Pastoral da Terra, em Montes Claros, Minas Gerais, mas não quis falar muito sobre os motivos de sua vinda para o Rio de Janeiro. E preferiu concentrar-se em sua vida na ocupação e no movimento social. Ficou evidente, no entanto, que ela trazia na bagagem uma história de luta e de ensinamentos que, sem dúvida alguma, ela transportou para o movimento sem teto a que pertence, despontando como uma das principais lideranças. “Minha briga agora é aqui”, disse ela. E emendou afirmando que se não estivesse tão ocupada com os projetos de viabilização dessa e de outra ocupação a que dão suporte, a Ocupação Mariana Crioula, já estaria idealizando, orientando e articulando novas ocupações como aquela, tendo em vista a grande quantidade de imóveis, públicos ou em dívida com o Estado, abandonados na cidade.

Na visão dessas militantes, as grandes incorporadoras estão entre os maiores responsáveis pela especulação imobiliária na cidade. Isso porque, ao adquirirem imóveis em regiões desvalorizadas, usam de lobby para estimular o que chamam de “revitalização” das áreas em que os imóveis se encontram, de modo a multiplicar seus valores de revenda. Não sem antes provocar elevação dos valores dos aluguéis e também do IPTU, expulsando as pessoas de baixa renda para favelas e periferias, num processo que é conhecido como “remoção branca” ou gentrificação. Daí a importância e o significado de ocupações populares bem sucedidas nas regiões mais valorizadas das grandes cidades. Segundo Lurdinha, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN),

nascido em julho de 1990 no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, espalha-se hoje por 15 (quinze) estados brasileiros: Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul.



Vista de um dos apartamentos da Ocupação Manuel Congo (Fonte: Iterj)

O edifício onde se localiza a ocupação fica na Rua Alcindo Guanabara, nº 20, próximo à Cinelândia e colado ao prédio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Este era propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e foi transferido ao Governo do Estado do Rio de Janeiro mediante o pagamento de novecentos e quatorze mil reais (R\$ 914.000,00), provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social criado pelo governo federal. Os ocupantes, depois de anos de luta e com a valiosa contribuição da política pública constituída pelo Minha Casa, Minha Vida - Entidades, conseguiram que o imóvel fosse incluído na categoria de imóvel público de interesse social, o que lhes permitiu assinar, junto ao ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), contratos de concessão real de uso, o que lhes conferiu o direito de ocupação do mesmo pelos próximos noventa anos, não podendo este ser, no entanto, alugado ou vendido, já que é uma concessão legal temporária à pessoas físicas.



Assinatura de contrato de concessão real de uso pelos representantes do MNLM (Fonte: Iterj)

A partir daí a ocupação entrou em uma nova etapa, a de reforma dos apartamentos. Foram os próprios moradores que contrataram a construtora que faria o serviço com o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento Social, administrado pela Caixa Econômica Federal. Em esquema de mutirão, foram eles os responsáveis pela execução da obra. Foi em 2013, numa conjuntura política muito mais favorável que a atual, que os moradores da ocupação ganharam o direito de realizar essa grande reforma estrutural e estética do prédio, cujo objetivo era melhorar as condições de habitação, além de, nas palavras de Lurdinha, “manter viva a mobilização”. Dessa forma, de maneira quase que natural, consolidou-se ali a sede do MNLM Rio, responsável pelas articulações políticas desse movimento com outros de mesma natureza e também com outros órgãos e instituições parceiras na luta por uma maior justiça ambiental. Para além da requalificação dos espaços ocupados, os grupos têm em perspectiva ainda a formação profissional de seus membros e a organização em torno de cooperativas profissionais.



Assinatura de contrato de concessão real de uso pelos representantes do MNLM (Fonte: Iterj)

Mas é um erro acreditar que tais conquistas vieram unicamente a partir do diálogo com as autoridades, que prontamente atenderam aos apelos do movimento social e fizeram cumprir a lei. Não foi assim, a não ser que se considere a violência psicológica e o terrorismo empreendidos pelas forças repressoras. Ao contrário, este objetivo só foi atingido diante da coragem e da desobediência civil dessas pessoas que, sem alternativa viável conseguiram se organizar para fazerem valer seus direitos que de outra forma jamais estariam garantidos. Dessa maneira, segundo Janete, houve várias tentativas, por parte da polícia, de expulsão dos ativistas para realização da reintegração de posse do edifício. Como os próprios moradores reconhecem, o sucesso da empreitada só foi atingido depois de “muita pressão e muita articulação política”, nas palavras de Vinicius Neves, um dos integrantes do movimento, em entrevista publicada na rede social do próprio MNLM². Sem trabalhar a partir das brechas legais deixadas pelos aparatos jurídico e burocrático do Estado, não haveria chance de sucesso. Tais estratégias podem, a meu ver, ser facilmente identificadas como pedagogias que emergem da luta. ⁶

⁶ Entrevista publicada disponível no link



Entrega de um dos apartamentos a uma das famílias após a reforma (Fonte: Iterj)

Normalmente, a definição do grupo de pessoas que fará parte de uma ocupação é feita previamente. Foram alguns meses de planejamento, conta Lurdinha. A “invasão” foi feita à noite. A palavra invasão é colocada aqui entre aspas, já que na visão do grupo eles estavam apenas cumprindo o artigo 5º da Constituição Federal brasileira, que destaca a função social da propriedade e abre espaço à desapropriação dos imóveis abandonados e/ou em dívida com prefeituras e governos estaduais ou federais. Os poderes executivos em seus diferentes níveis, no entanto, não costumam cumprir tais prerrogativas previstas em lei e a prefeitura do Rio nos dois mandatos de Eduardo Paes e no do atual prefeito, Marcelo Crivella, nunca informaram a quantidade de imóveis passíveis de desapropriação na cidade do Rio de Janeiro.

horizonte está lá SOCIALISMO
 horizonte está lá NUMA TERRA DE IRMÃOS
 horizonte está lá NUMA CIDADE DE TODOS SEM CRIMINALIZAÇÃO E SEM REMOÇÃO
 horizonte está lá MILHÕES DE NOVAS MORADIAS
 caminho está aqui IMÓVEL ABANDONADO CUMPRINDO SUA FUNÇÃO SOCIAL
 caminho está aqui RECURSOS PÚBLICOS PARA MORADIA DIGNA SEM MERCANTILIZAÇÃO
 caminho está aqui MORAR DENTRO DA CIDADE

O EDITAL PARA REFORMA DA OCUPAÇÃO MANUEL CONGO/MNLN ESTÁ NO DIÁRIO OFICIAL. VENHAM CIRANDAR CONNOSCO!
 CELEBRANDO A ESPERANÇA QUE SE ALIMENTA DOS SINAIS CONTIDOS NAS PEQUENAS VITÓRIAS... EM CADA VITÓRIA A CERTEZA DE QUE É PRECISO LUTAR, É POSSÍVEL VENCER!

na Rua Alcindo Guanabara, Centro RJ
 sexta-feira
05/07
 às 18h

MNLN
 MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

Banner de internet idealizado pelos integrantes do MNLN para divulgação do edital para escolha da empreiteira que realizaria a reforma no edifício que hoje dá lugar à sede do movimento

O grupo, então, munido de muitas latas de alimentos, colchonetes e sacos plásticos, para o caso de chuvas e infiltrações, além outros equipamentos se estabeleceu no local e imediatamente se organizou para “puxar” a energia elétrica do poste de maneira clandestina e, com isso, viabilizar definitivamente sua permanência. O mais difícil, no entanto, foi resistir às investidas policiais, já que são muitas as táticas das forças repressoras para coibir o movimento, incluindo o corte do fornecimento de água, luz e gás, além das várias tentativas de invasão da ocupação e expulsão dos supostos transgressores através da violência física. Espancamentos e estupros não são incomuns nesses eventos e não são poucos os relatos do abuso de autoridade por parte, principalmente, mas não só, das polícias estaduais país afora em situações semelhantes a essa.



Foto realizada durante a entrega das chaves a uma das famílias (Fonte: Iterj)

É evidente que esse tipo de comportamento por parte dos agentes de estado só é possível devido à pouca valorização de determinados grupos sociais e à consequente invisibilidade de suas histórias, experiências, saberes e narrativas. A “ralé”, como diz Jessé Souza, não merece atenção ou consideração. Isso faz com que seus direitos e até suas identidades lhes sejam negadas e que haja uma naturalização do desrespeito. As agruras desse povo sofrido só recebe algum tipo de solidariedade nos casos em que haja conformação, subserviência e resignação, mas não naqueles em que há resistência, rebeldia e desenvolvimento de autonomia. Esses últimos, numa sociedade colonizada, são casos de polícia.

3.2 Pedagogias que emergem da luta

A observação das estratégias de arrecadação, dos mutirões e da divisão interna do trabalho tornam-se fundamentais na nossa análise, já que a classificamos como parte de uma cultura urbana em movimento, que se atualiza, se repensa, deixa frutos e se rebela contra a estrutura moral mesma que a originou. Como afirma Lurdinha, não adianta agir sem planejamento e sem combinados anteriores. O resultado disso seria o despejo. Dessa forma, a unidade é a maior arma. A pedagogia mora, portanto, no diálogo, na construção coletiva de uma ideia de moradia digna e numa

perspectiva de futuro, possibilidades que são constantemente negadas à classe social a que pertencem. Basear-se unicamente na necessidade imediata é, então, sinônimo de atraso, desorganização e imaturidade do grupo. Além disso, é necessário disciplina e regras claras. As famílias, dessa maneira, criaram uma carta de princípios. Crianças menores de 14 anos, por exemplo, só podem sair da Ocupação Manoel Congo até as 20 (vinte) horas. O mesmo se dá na Ocupação Mariana Crioula. Os mais velhos só podem sair até as 23 (vinte e três) horas. Quaisquer mudanças no horário de chegada dos moradores devem ser previamente comunicadas. Outro exemplo importante é: a violência contra a mulher não é tolerada e pode resultar em expulsão das ocupações.



Entrada da Ocupação Manuel Congo sendo vigiada por moradores (Fonte: Iterj)

Em conversa com Janete, perguntei sobre o que ela achava ser a melhor maneira de manter a unidade do movimento tanto dentro da ocupação quanto dentro do movimento social, o que significa um compromisso bem mais amplo, já que uma vez consolidado o projeto de ocupação de uma área, é bem difícil manter o engajamento daqueles membros na longa luta contra a mercantilização do espaço urbano de um país desigual, periférico e de capitalismo tardio como o Brasil. Essa pergunta surgiu, como já narrei, a partir da entrevista com a primeira informante, a Lurdinha. Esta durante uma conversa com outro integrante da ocupação reclamava que de todos os moradores do prédio ocupado, no máximo vinte por cento (20%) ainda permanecia engajado na

luta pelo direito de outras famílias à moradia e à cidade. E, desse percentual, a imensa maioria era de mulheres.

A resposta, no entanto, foi tão surpreendente quanto a afirmação que me levou ao questionamento: para ela os processos pedagógicos mais eficientes para a manutenção do engajamento na luta pela vida e pela dignidade consistiam nas ações culturais e coletivas que reuniam os militantes, simpatizantes e membros de outras ocupações que permaneciam mobilizados em eventos públicos, que normalmente consistiam em passeatas e ações culturais em geral.



Espaço em reforma feita por moradores onde funcionará a cozinha industrial da Ocupação Manuel Congo (Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil)

É a ação coletiva que, sob seu julgamento, estimulava mais ações coletivas. Segundo Janete, “quando o pessoal vê o burburinho, parece que dá um negócio aqui dentro e o povo fica mais animado”. Creio que se trata daquilo que Paulo Freire chamou de “pedagogia da esperança”. É a experiência da sociabilidade e a sensação de pertencimento a algo realmente significativo que melhora a autoestima, reforça identidades, alimenta os sonhos e nos humaniza.



Janete, sede no MNLM (Fonte: Iterj)

Essa é, para a Janete, a parte mais importante de todas, a que se refere a formação de subjetividades. Segundo a militante, as passeatas, manifestações e eventos externos, nos quais outros membros de outras ocupações e simpatizantes da causa se reúnem para protestar, ou simplesmente festejar, são extremamente importantes, pois são exatamente os momentos em que os mais “desgarrados” e também os mais jovens conseguem ter as reais dimensões do tamanho e importância da luta. O efeito pedagógico é inegável e tal colocação me saltou aos olhos.

Mais tarde, ao submeter à Janete tal interpretação, obtive sua confirmação. Tratava-se, assim, sem dúvida, de um ato pedagógico, refletido, forjado na luta, na teimosia, na vontade de permanecer vivo e de só enxergar saídas no fazer coletivo. Era uma tentativa clara e deliberada de reafirmação de valores, convencimento, estímulo para a contribuição individual e coesão do grupo.

E foi, então, que ela me contou sobre o período que precedeu a entrada daqueles moradores naquele local. “O caminho se faz caminhando”, disse ela ao me contar sobre a ocupação do prédio. Antes de ocupá-lo, entretanto, os militantes haviam ocupado um anterior. Tratava-se de um prédio histórico que ficava nas proximidades, o do antigo Cine Vitória, inaugurado em agosto de 1942 pelo grupo Luiz Severiano Ribeiro, estrelando o filme “O Grande Ditador”. Décadas mais tarde, durante seu período de decadência, o cinema ficou conhecido pela exibição de filmes pornôns. Depois de 11 anos fechado, um grupo de famílias integrantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia viria a organizar a exibição de um outro filme, "Encontro com Milton Santos: o mundo

global visto do lado de cá", com a presença do diretor Silvio Tandler. A ocupação do prédio de número 45 da Rua Senador Dantas, no Centro do Rio de Janeiro durou apenas duas semanas, mas foi decisiva para o futuro daquelas pessoas. O movimento cultural foi responsável por atrair a atenção dos órgãos de imprensa e de políticos e autoridades influentes que viriam a se tornar fundamentais para um projeto futuro: ocupação do prédio de número 20 da rua Alcindo Guanabara. Tal sucesso, no entanto, não recaiu sobre outras ocupações que se alastraram pela região central da cidade do Rio de Janeiro ainda nos anos 2000. As ocupações Casarão Azul, Carlos Marighella, Machado de Assis e Quilombo da Guerreiras, dentre tantas outras, são alguns exemplos de ocupações urbanas que poderiam ter tido final feliz não fosse a ambição do então prefeito, que resolveu fazer da reorganização da cidade sua plataforma política. Durante despejos dessa natureza são desconsiderados os locais de estudo, trabalho, lazer, atendimento médico e tantos outros vínculos que os indivíduos estabelecem com o território e entre si. Não é difícil encontrar na internet relatos das violências físicas e psicológicas sofridas pelos antigos moradores por parte de funcionários da prefeitura à época dessas remoções, que deixaram um legado de dor, dívidas e relações sociais desfeitas da noite para o dia, literalmente deixando sob controle das milícias um contingente ainda maior de pessoas.

Essas observações corroboram o aporte teórico trazido pela Educação Ambiental Crítica segundo o qual nós nos transformamos em seres humanos à medida em que nos relacionamos com o mundo, isto é, com outros homens e o meio que nos cerca. Dessa forma, é necessário, primeiramente, entender o lugar da educação na constituição do ser humano. A educação nesse sentido é mais do que só o processo de escolarização ou transmissão do conhecimento socialmente construído, tomando a forma do próprio processo de construção da humanidade e inserindo a EAC na discussão da relação sociedade-natureza. Tal relação é historicamente marcada por uma visão utilitarista, já que as relações sociais que ocorrem nos espaços tocados pelo capitalismo são marcados pela opressão e exploração da natureza e do trabalho, vistos como mercadoria. A superação dessas relações, por esse motivo, dependerá de nossa capacidade de mobilização e organização para produção de uma educação voltada para a alteridade e para a solidariedade.

3.3 Um convite inesperado

A convite de Lurdinha e Janete, tive a oportunidade de visitar uma outra ocupação do MNLM, a Ocupação Mariana Crioula, localizada na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. A visita fora

marcada para um dia especial. Estava sendo oferecido um almoço – uma belíssima feijoada – para arrecadação de fundos para os projetos da ocupação com a presença de convidados importantes, como a vereadora Renata Souza do PSOL e de engenheiros e arquitetos da Faculdade de Urbanismo da UFRJ. Estes últimos aproveitaram a visita para fazer uma vistoria no antigo galpão do século XIX que agora abrigava a ocupação. O grupo de acadêmicos estava elaborando um projeto de reforma daquele ambiente de modo a incluir não apenas quartos para abrigar os moradores, mas também chalés que pudessem ser alugados para gerar a renda necessária à sustentação financeira da ocupação. Algumas questões levantadas durante a visita à ocupação Manoel Congo também se aplicavam à ocupação Mariana Crioula e guardavam relação com a divisão interna do trabalho. Como dividir o trabalho dentro e fora dela? O trabalho realizado na e em prol da ocupação é de natureza coletiva, o que não se aplica necessariamente ao trabalho realizado fora dela, cujo produto é mais dificilmente fiscalizado e dividido com o coletivo.

A respeito disso foi interessante notar que o trabalho mais diretamente voltado para o coletivo era planejado, organizado e executado por mulheres. No contato com uma das lideranças, que me contava sobre as regras das duas ocupações que visitei, deparei-me com o fato de que são as mulheres que se encontram à frente do movimento e das iniciativas de angariação de fundos, elaboração e execução dos projetos. Os homens muitas das vezes, salvo exceções, mantêm-se à distância do processo e só aparecem quando este se encontra em nível avançado, principalmente no momento de decidir a divisão de tarefas ou a alocação das pessoas nas futuras unidades residenciais que compõem cada ocupação. Saltou aos olhos deste observador o protagonismo feminino nos movimentos de luta por moradia observados. Nas palavras de Janete, uma das lideranças, os homens normalmente “são vencidos pelo banzo” ou ficam paralisados diante dos inúmeros percalços que ainda marcam a vida dessas pessoas.

3.4 Visita à Ocupação Mariana Crioula

A Ocupação Mariana Crioula consiste na área de um galpão abandonado que se encontra de frente para a Cidade do Samba, na região portuária do Rio de Janeiro e pertence à União. Essa é uma região há muito estigmatizada e esquecida pelo poder público desde a época do Brasil Império por se tratar de um lugar de grande concentração de negros escravizados ou descendentes de escravizados, que ficou conhecida como “Pequena África”. É ali que se localiza o cais que, entre todos os outros no mundo, mais recebeu homens e mulheres sequestrados no continente africano a fim de serem vendidos como coisas em terras brasileiras. Isso faz daquela região uma área repleta

de ancestralidade, história e conflitos sociais; experiências humanas que ao serem apagadas da história oficial, tornam menos valorizado o território e a gente que produziu tais narrativas. Essa é a lógica por trás, por exemplo, do projeto de “*revitalização*” – como se manifestações de vida e de encantamento do espaço ali não existissem – implementado pela gestão do prefeito Eduardo Paes num contexto de “*modernização*” da cidade para a recepção de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, com toda a carga colonialista que tais palavras carregam.

Minha visita à ocupação se deu num contexto de festa, mas também de luta e de trabalho coletivo. Ocorria, então, um evento, uma feijoada, realizada para angariar fundos para os projetos da ocupação. O dinheiro era para a construção do telhado do galpão e para a reformulação da parte já construída para melhorias estruturais e conservação do patrimônio histórico. O maior dos projetos era a construção de quartos que pudessem ser alugados por temporada ou por curtos períodos de tempo, gerando a possibilidade de uma renda futura que pudesse ser aplicada na constante melhoria do galpão e que pudesse contribuir para a melhoria das condições de vida dos moradores da ocupação. Como se pode ver há uma tentativa de ressignificação do trabalho, que recupera princípios de coletividade, ao mesmo tempo em que dialoga com as concepções de trabalho e produção sob o capital. É, como diria Luiz Simas, uma cultura que se desenvolve nas frestas. Essa constante ressignificação das categorias capitalistas ocorre, no entanto, de maneira orgânica, não articuladas do ponto de vista da ciência ocidental, mas inteiramente conscientes. E é isso que se pretende com o presente trabalho, num processo de tradução cultural que permita à academia se abrir ao conhecimento produzido pelo povo, na cidade, na rua, nos espaços deixados pela normatização colonial.

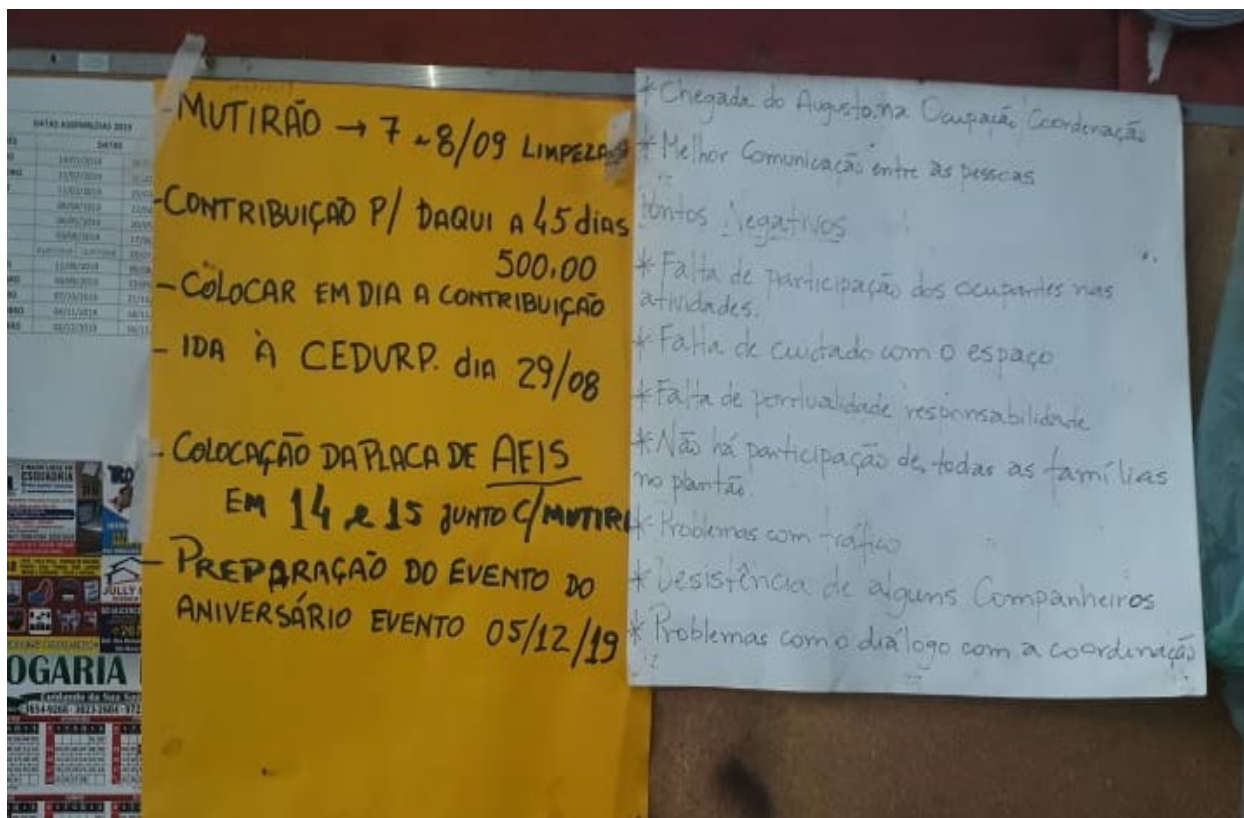


Foto da agenda de eventos e reuniões da Ocupação Mariana Crioula (acervo pessoal)

No dia em que visitei a ocupação, esta recebeu também a visita da vereadora Renata Souza, do PSOL do Rio de Janeiro. A liderança do movimento social, junto a deputada, procurava encontrar saídas para o financiamento dos projetos da ocupação diante da nova realidade de estrangulamento e do novo cenário político, com a eleição, Brasil de um governo de extrema direita. Uma das hipóteses levantadas pela vereadora era a negociação com outros parlamentares da bancada daquele partido para destinação de emendas parlamentares que pudessem auxiliar na construção do projeto arquitetônico elaborado por professores e estudantes voluntários da faculdade de arquitetura da UFRJ para aquele espaço. Ficou bastante evidente durante os diálogos que presenciei, entre suas lideranças e a representante da oficialidade municipal, a clareza a respeito da importância da disputa por algum tipo de representação dentro do aparato de governo e que se desdobra para uma luta no campo das representações sociais, simbólicas e discursivas dentro do universo linguístico aceito pela ciência moderna e incorporado à já citada lógica do Estado. Continua sendo de fundamental importância a luta a partir de dentro da ordem constituída. Algumas lideranças, no entanto, tinham restrições à infiltração nos movimentos de luta por

moradia de partidos políticos em geral, mesmo os mais alinhados a correntes de esquerda, como relatei na seção anterior.

A ocupação mariana Crioula tem aproximadamente dez anos, mas muitos dos antigos ocupantes abandonaram o galpão por dificuldades de se manterem no local e de fazerem as melhorias necessárias para um conforto mínimo dos moradores. Boa parte deles, entretanto, já havia retornado quando do referido evento de arrecadação de fundos. O movimento não desejava, no entanto, pôr a perder todo o trabalho inicial de mobilização e organização realizado e a tática utilizada foi a de manter alguns poucos moradores no local, mas não poderiam ser quaisquer ocupantes, mas aqueles que eram provenientes do Morro da Providência. Isso porque outro problema enfrentado era o assédio aos moradores da ocupação por parte dos traficantes daquela favela, que fica tão próxima à ocupação e que estende sua influência por toda a região. Vários dos armazéns abandonados da área, segundo os habitantes locais, são utilizados como esconderijo de armamentos e drogas e os traficantes se aproveitam do fato desta ser uma região sistematicamente abandonada pelo poder público carioca e seus sucessivos planos diretores. Mesmo os recentes projetos idealizados para a reformulação da zona portuária do Rio de Janeiro na esteira dos grandes eventos internacionais – Copa do Mundo e Olimpíadas – ignoraram as reais demandas e necessidades da população local e tinham grande potencial de promoção de gentrificação e de expulsão da população de menor poder aquisitivo; processo que só foi minimizado pelo insucesso do projeto do Porto Maravilha e pela crise econômica que começava a se instalar. Por esse motivo, foi estratégica a permanência na ocupação de pessoas oriundas do próprio Morro da Providência e que pudessem criar canais de comunicação e de negociação com os traficantes.

Na conversa entre Lurdinha, a vereadora do PSOL e a professora e urbanista da UFRJ ficou claro que havia uma estratégia, por parte da liderança do MNLM, em comum acordo com os integrantes mais ativos do movimento, de usar a seu favor qualquer brecha legal ou canal de comunicação que garantisse alguma vantagem ou possibilidade mínima de sucesso às ações empreendidas pelo movimento, inclusive com a destinação de verbas de emendas parlamentares provenientes da legenda da vereadora, o que a princípio poderia parecer contraditório, já que Lurdinha em entrevista havia condenado o envolvimento direto de lideranças do movimento sem-teto em geral, fosse do MNLM, do MTST ou outro qualquer, com a política partidária. Segundo ela, é importante que a militância de base se conserve o mais distante possível de tal ambiente a fim de evitar traições, contradições e o conflito de interesses. A ideia era aproveitar a baixa popularidade do

governo Crivella, que àquela altura, isto é, um ano antes de sua candidatura à reeleição, provavelmente se sentiria inclinado a liberar tais emendas mesmo aos partidos de esquerda, mesmo estando em linha com a política comportamental do Governo Federal, liderado pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Do antigo armazém é possível ver o Morro da Providência, já que não há telhado. Este foi derrubado pela brigada de infraestrutura por se encontrar em péssimas condições, oferecendo grande risco aos ocupantes do imóvel e a seus visitantes. É possível, dessa forma, ver também o teleférico construído no topo daquele morro. Tendo custado milhões de reais que poderiam ser revertidos em benfeitorias urbanas decididas coletivamente, o teleférico se encontra inativo. O então prefeito Eduardo Paes, como de costume, retirou dezenas de pessoas de suas casas utilizando das táticas mais sórdidas, como a não retirada dos entulhos das casas desocupadas que haviam sido demolidas, a fim de tornar quase que insustentável a permanência no local devido à proliferação de ratos. Essa foi a história contada pelo senhor José, morador da ocupação e com o qual estabeleci uma conversa rápida, porém produtiva e amigável durante o almoço. Mais uma das incoerências do poder de Estado, que privilegia o capital e a política partidária em detrimento das pessoas.

3.5 Ancestralidade e identidade

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
surpreenderá a todos não por ser exótico,
mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
quando terá sido o óbvio.

“Um Índio” (Caetano Veloso)

Acredito que a busca da ciência moderna por sua própria história, assim como a revisão de seus paradigmas, seja análoga à busca dos saberes populares por sua ancestralidade; reconhecendo, por exemplo, práticas de resistência cultural afrodiáspóricas e outras mais como um campo indispensável de ser analisado para o desenvolvimento do conhecimento humano de forma geral. Saberes populares, ou de *encruzilhada*, como define Luiz Simas, são produções teóricas tão sofisticadas e providas de reflexão e sentido quanto quaisquer outras. A filosofia Adinkra, típica

dos povos Akan - dentre esses os *ashanti* - originários da África Ocidental, por exemplo - e produtora da simbologia Sankofa, amalgamou-se de tal forma a cultura popular nacional que passa despercebida no portão de entrada da Ocupação Manoel Congo e nos arredores da Ocupação Mariana Crioula, assim como em toda cidade. O Sankofa é representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás e com um ovo em seu bico. Ele representa a valorização de conhecimentos ancestrais. Dessa maneira, se algo é considerado realmente importante para um indivíduo ou grupo de pessoas, estes devem tratar de recuperá-lo. O passado, assim, não é algo estático no tempo e, por esse motivo, pode contribuir para decisões futuras.

De tão corriqueira a estilização reproduzida por gerações de ferreiros afrodescendentes que, de “escravos de ganho” a assalariados de classe média, definiram o design de boa parte dos adereços de portas, portões, grades e outros ornamentos de metal, dos mais modestos aos mais imponentes, nas fundições e ferralherias do Rio de Janeiro - e quem sabe até do Brasil - nos últimos quatro séculos. Elementos simbólicos e estéticos que, mesmo diante da invisibilização e fragmentação próprias do “ecogenoepistemicídio”, por vezes nos atravessam a todos, interpelando-os diante de algumas constatações inadiáveis, como os efeitos imediatos e concretos do racismo em nossas vidas cotidianas, que nos impedem de ver as pistas sobre quem somos e onde estamos. Apenas formas de consciência mais sensíveis e atentas à importância da vida coletiva e da cultura na formação de nossa subjetividade ainda se preocupam em buscar poesia e encantamento diante da morte e da barbárie impostas pela *necropolítica*. Esta última explicitada e denunciada por Achille Mbembe (2018).

Outra questão importante que se coloca em nossa tentativa de compreender os processos pedagógicos por trás desse movimento de luta pela moradia é a escolha do nome das ocupações. O nome daquela que pretendemos investigar, como já foi dito, é Manoel Congo, um ex-escravo que foi líder da maior revolta já ocorrida no Vale do Paraíba, mais precisamente no município de Paty do Alferes. O estabelecimento de uma conexão entre as lutas de ontem e de hoje são fundamentais para a criação de identidade e, conseqüentemente, de autoconfiança e esperança no futuro. Esses últimos são considerados bens simbólicos indispensáveis à construção da cidadania. Para Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido”, a condição básica para uma educação do oprimido é, antes de mais nada, o reconhecimento dessa condição, a de oprimido. Esse é o primeiro passo para a compreensão das causas da opressão. Para tanto, é necessária uma interpretação da história individual e coletiva a partir do conflito. É este último que desestabiliza a ontologia

imposta pelo capital e rompe com sua concepção histórica linear. E, ao desestabilizar tal dominação abstrata, a explicitação do conflito abre espaço para novas narrativas e valorização de outras identidades, por mais afastadas que estejam do modelo europeu e do ideal de branquitude. E qualquer pensamento realmente crítico tem a obrigação de dar circulação e visibilidade a narrativas que não naturalizem a mercantilização da vida e dos corpos.

O galpão que abriga a ocupação Mariana Crioula, acredita-se, é de meados do século XIX e é provável já tenha servido para armazenamento tanto de mercadorias quanto de pessoas escravizadas. É, portanto, um lugar que, na visão dos ocupantes, carrega uma ancestralidade. Mariana Crioula foi uma das líderes, assim como Manoel Congo e outros(as), do levante negro de Paty do Alferes em 1838. Trabalhava na casa grande e era mucama e costureira na Fazenda Freguesia, unindo-se aos negros fugitivos de outras fazendas da região – principalmente da Fazenda Maravilha, onde vivia Manoel Congo – em 5 de novembro daquele ano até ser capturada uma semana depois no sopé da Serra da Mantiqueira aos gritos de “morrer sim, entregar não”, conforme nos conta a historiografia oficial. Mesmo no curto espaço de tempo em que ocorreu a fuga, suas ações, segundo depoimentos da época, lhe renderam o título de rainha do quilombo em substituição à sua identidade anterior de costureira – mucama, escrava, negra – definida unicamente a partir de fora e, portanto, negando-a. A Rainha do Quilombo foi obrigada, então, a negar sua nova identidade e, conseqüentemente, sua liderança e ação heróica durante a fuga e os confrontos que se sucederam ao longo do julgamento realizado pelas autoridades coloniais, o que permitiu que sua vida fosse poupada. Pouquíssimos foram os que conseguiram fugir. A maior parte foi reintegrada à rotina da lavoura de café e alguns poucos, a exemplo de Manoel Congo, servindo de exemplo, foram martirizados e executados em setembro do ano seguinte. Pouco se sabe do que ocorreu com ela e com outros sobreviventes após o episódio, mas o resgate dessa história por si só já é uma luta contra o desperdício da experiência humana ao mesmo tempo que serve à prática pedagógica inerentes às táticas de aldeamento ou aquilombamento modernas, seja no campo ou na cidade.

Uma dessas táticas é, a meu ver, o mutirão. Segundo Eduardo Navarro, no livro “Método Moderno de Tupi Antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos” essa palavra tem origem no termo tupi *mutyrõ*, que significa “trabalho em comum”. O trabalho, no entanto, é entendido aqui não na perspectiva desencantada e secularizada do capitalismo e sim como inerente à significação do mundo a partir da cultura. Não havia, portanto, inicialmente, nem para os indígenas brasileiros,

nem para os africanos sequestrados e comercializados em terras brasileiras, a separação entre trabalho e lazer. A organização das festas, por exemplo, para homenagear divindades e/ou agradecer pela caça ou pela colheita abundantes exigia muito trabalho, mas este não era visto como sacrifício e, por isso, não poderia ser comercializado. Além disso, como nos mostrou Beatriz Nascimento, é um erro pensar os quilombos que aqui se estabeleceram como existindo em separado das influências ameríndias. Eram inúmeros os quilombos que abrigavam indígenas desterrados e os incorporavam às suas cosmovisões, fundindo, muitas vezes, encantaria, pajelança, candomblé e até, como já dissemos, um catolicismo popular típico do Nordeste.



Trabalhador durante a reforma da Ocupação Manuel Congo (Fonte:Iterj)

A mestiçagem é vista aqui não como caminho para o embranquecimento e sim como resultado de uma resistência ao colonialismo e à escravidão. Como nos ensinou Mãe Stella de Oxossi, 5ª ialorixá da casa Ilê Axé Opó Afonjá em Salvador, no documentário “Tempo Rei”: “quanto maior a dor, maiores as raízes”. Não se trata da romantização da barbárie, é apenas a constatação de que a dor e a necessidade de sobrevivência criam laços de solidariedade tão mais profundos quanto forem as dificuldades enfrentadas por um grupo de pessoas, tornando-se forte elemento agregador, desde que sejam capazes de ritualizar devidamente o universo que compartilham. Segundo Medina (1973), os ritos têm essa função em qualquer sociedade, até mesmo nas mais modernas e

complexas, preenchendo-os com uma dimensão lúdica que poderá levar seus participantes a um conhecimento da realidade em que vivem, falando sobre seu cotidiano ritualizado, que não necessariamente possui uma dimensão sagrada.

Para Arnold Van Gennep - independentemente de uma visão possivelmente europeia e limitada do que venha a ser sua ideia de civilização - em sociedades mais ou menos complexas há a necessidade de satisfazer determinadas condições de representação em determinados momentos da vida, ou da morte. Em hipótese alguma se pode considerar que as sociedades contemporâneas constituam mundos onde há ausência de rituais, uma vez que todas se organizam em torno de sistemas simbólicos. Se o sistema simbólico é mítico por excelência, sua ação é necessariamente ritual. Nesse sentido, podemos afirmar que o rito pretende, através da celebração ou exaltação, reforçar os valores de determinada cultura, servindo também para introduzir os jovens nos padrões de comportamento do grupo.

Dessa maneira, tanto a ordem opressora capitalista quanto processos de resistência, revolução ou desobediência civil são ritualizados. Nesse último caso, os exemplos podem tomar a forma de passeatas, almoços e festas para angariação de fundos, reuniões internas para deliberação acerca das ações de luta ou organização interna. O mutirão, dessa maneira, pode ser enquadrado nessa categoria. Segundo Janete, sem a colaboração dos moradores da ocupação a empreiteira contratada não teria condições de realizar as reformas com aquele nível de qualidade e eficiência, customizando os apartamentos à necessidade de seus moradores.

Infelizmente não tive acesso aos apartamentos já reformados. Somente na primeira visita à Ocupação Manoel Congo, ainda em 2017, tive a oportunidade de visitar também um dos apartamentos e não apenas a sala de reuniões destinada às atividades do MNLM. Naquela ocasião, Lurdinha perguntou aos alunos da EDEM se algum deles saberia dizer o que era um mutirão. E todas as respostas foram negativas. Não nos cabe aqui avaliar as razões pelas quais aqueles jovens de classe média de uma escola particular da zona sul da cidade não souberam responder ao questionamento da ativista, mas fica evidente a necessidade do reconhecimento de um movimento dessa natureza, ou seja, uma organização coletiva para superação de determinado problema em comum, como legítima experiência pedagógica capaz de adentrar uma seara do conhecimento humano que a escola, como instituição formadora para o mercado, não tem sido capaz de fazer. Resgatando, inclusive, conhecimentos ancestrais há muito tempo invisibilizados pelos valores e instituições próprias do capitalismo. Não é lucrativo para empreiteiras e incorporadoras que o

cidadão comum seja capaz de produzir sua própria moradia a baixo custo. Como nos lembra a filosofia Adinkra dos povos Acã, da África ocidental, local de onde saiu boa parte das pessoas traficadas e escravizadas no Brasil, se existem aprendizados realmente importantes na experiência vivida pelas gerações anteriores, a geração presente deve recuperá-los e preservá-los, já que a história, para maior parte das culturas africanas, ocorre em ciclos. Tal tradição é representada por um pássaro que, olhando para trás, carrega um ovo em seu bico. O ovo é associado tanto à fertilidade quanto à novidade, enquanto o “voltar-se para trás” presente no gesto da ave, corresponde à busca de uma ancestralidade.

Tal perspectiva conflita diretamente com a secularização presente nas fontes morais do colonialismo moderno, reproduzido pelas instituições responsáveis por sua reprodução, escola incluída. Por secularização entendemos o progressivo distanciamento entre os valores religiosos e/ou tradicionais ancestrais e as motivações presentes na ação social na modernidade, onde impera uma forma de racionalidade utilitarista, que se pretende universal e superior. A própria ideia de religiosidade presente nessa visão é desencantada, pois admite uma esfera simbólica em boa medida separada do mundo natural. Para Aílton Krenak (2020), enquanto culturas africanas e ameríndias associavam os elementos da natureza a divindades sagradas, o monoteísmo católico contribuía em grande parte para a não identificação entre o indivíduo e o meio circundante, retirando a sacralidade do meio físico e depositando suas fichas na salvação da alma via submissão cega e sacrifício.

Dessa maneira, no Brasil, a fusão dessas ontologias somadas às figurações de mundo ameríndias aqui existentes deram origem a uma cultura de resistência dinâmica, que se assume como modo de vida, adentrando outras esferas e influenciando o modo como as pessoas dançam, cantam, comem, vestem, falam, andam, representam etc., enquanto a perspectiva presente no cristianismo nem mesmo se percebe como conjunto de valores produzidos em um contexto específico.

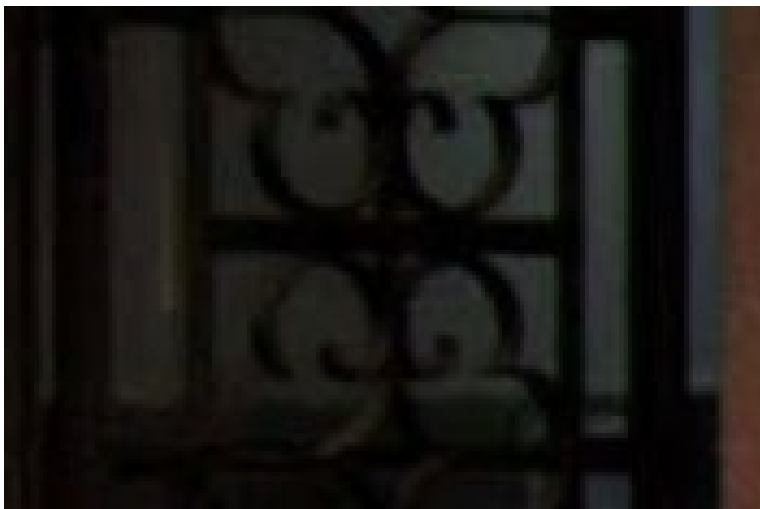


Foto do portão de entrada da Ocupação Manoel Congo (Acervo pessoal)

A partir dessas observações, não creio que seja proposital, mas muito emblemático que o portão da entrada principal da Ocupação Manoel Congo carregue uma simbologia ancestral que muito bem representa o *axé* de um povo guerreiro. Estejamos conscientes ou não das narrativas que atravessam os corpos e os territórios, estas não deixam de existir e de compor um ecossistema e, conseqüentemente, uma ecologia de saberes, que mesmo sob o constante ataque da lógica modernizante colonialista e disperso no ambiente, reintegra-se e emerge por entre as fendas das estruturas físicas e simbólicas da cultura hegemônica.



Símbolo Adinkra - Dwennimmen

Lembremos que as mãos que construíram e reconstruíram tantas vezes a cidade do Rio de Janeiro eram negras em sua grande maioria. Não seria um absurdo, nesse sentido, supor que foi Ogum, senhor do ferro e de guerra, que, nas forjas e fundições cariocas, moldou portas, grades e portões com símbolos poderosos e sofisticados, cujos signos passavam despercebidos aos olhos do colonizador europeu. No caso da ocupação em questão, trata-se do *Dwennimmen*, os “chifres do carneiro”, outro símbolo produzido da filosofia Adinkra e cujo significado remete à humildade, resiliência e força, características que sem dúvida existem e são ensinadas aos e pelos integrantes do movimento social em questão.

Considerações finais

Nossa intenção até aqui foi tentar entender como a observação do cotidiano e das “pequenas” histórias pode contribuir para grandes transformações sociais, tornando as relações humanas menos prejudiciais para o meio ambiente e para os próprios seres humanos. E o que se pôde constatar é que isso, por si só, já constitui o processo pedagógico por excelência. Nenhuma das formas que a educação possa assumir escapará ao ser humano, sendo este compreendido enquanto projeto em construção.

Para tanto é necessário entender que, por mais que se possa manipular, organizar e transformar o espaço, o ser humano - ou seja, a criação que fazemos de nós mesmos e do mundo - jamais será capaz de superar, prescindir ou abrir mão deste mundo, visto que dele surgiu e com ele perecerá. Dessa forma, um olhar sobre a natureza que se pretenda racionalmente superior e que por isso não estabeleça diálogo com o espaço e as pessoas, não consegue evitar a reprodução de injustiças e desigualdades, na medida em que se estabelece como projeto hegemônico e evita reconhecer que as relações de poder desiguais inerentes ao espaço geográfico como se apresenta também correspondem a um discurso, que se faz presente nos projetos urbanos pautados pelo mais alto grau técnico, mas que na verdade nada mais são do que afirmação ideológica.

Não existe de fato um bem maior evocado em nome de um suposto interesse público que justifique a remoção de casas e o desterramento constante de famílias que, na maior parte das vezes vêm seu padrão de vida se deteriorar da noite para o dia por serem, então, obrigadas a percorrem grandes distâncias até o local de trabalho. Passam a habitar áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura, sem rede de transportes adequada, saneamento básico ou postos de saúde, além de serem submetidos a toques de recolher e a padrões de comportamento ditados por grupos paramilitares.



Evento promovido pelo MNLM durante o carnaval (Fonte: Iterj)

A convivência com os moradores de ocupação me mostrou que uma outra concepção de cidade requer uma outra concepção de indivíduo. Lutando por seus direitos essas pessoas descobriram que tinham direitos e foram abrindo espaços onde aparentemente eles não existiam. Segundo Roseli Salete Caldart,

“A Pedagogia do Movimento reflete sobre como os Movimentos Sociais se constituem como matriz pedagógica à medida que atuam como educadores ou como sujeitos pedagógicos da formação de novos sujeitos sociais, capazes de interferir de alguma forma no cenário político da sociedade atual. E os Movimentos fazem isso não apenas quando ou se trabalham no campo específico da educação, mas também e principalmente quando sua dinâmica de luta e de organização intencionaliza um projeto de formação.”

(Caldart, 2004. pág. 8)

Minha última visita à Ocupação Manoel Congo foi breve. Havia uma festa organizada pelos moradores em frente ao edifício. A marquise protegia o equipamento de som, que já estava preparado para uma das muitas comemorações carnavalescas que ali se desenrolam. Eu não poderia ficar por mais tempo, pois estava a caminho de outra festa, mas fiz questão de, antes disso, passar rapidamente na ocupação, pois sabia que eventos dessa natureza são especialmente férteis para observações de campo. Mal sabia eu que essa seria minha última visita antes da pandemia que tomou conta do globo. E aparentemente eu estava certo. Foi nessa ocasião que Janete me contou sobre o período que precedeu a entrada daqueles moradores naquele local. “O caminho se faz caminhando”, disse ela ao me contar sobre a decisão de ocupar aquele prédio.

Antes do edifício de número 20 da rua Alcindo Guanabara os militantes haviam ocupado um outro. Tratava-se de uma instalação antiga e de grande valor histórico que ficava nas proximidades, o conhecido Cine Vitória. Inaugurado em agosto de 1942 pelo grupo Luiz Severiano Ribeiro, o cinema encontrava-se desativado, décadas se passaram desde sua estreia com o filme “O Grande Ditador”.

Durante seu período de maior decadência, o cinema ficou conhecido pela exibição de filmes pornô e, após sua falência, permaneceu onze anos fechado. Certa feita, um grupo de famílias integrantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia achou por bem ocupá-lo e organizar ali a exibição de um filme de outro tipo. O título era "Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá", com a presença do diretor Silvio Tendler. O evento teve alguma repercussão na imprensa,

o que não impediu a costumeira truculência policial no momento da reintegração de posse do edifício. A ocupação do prédio de número 45 da Rua Senador Dantas, no Centro do Rio de Janeiro durou apenas duas semanas, mas viria a ser, segundo Janete, decisiva para o futuro daquelas pessoas. O movimento cultural foi responsável por atrair a atenção da mídia e de políticos e autoridades influentes que viriam a se tornar fundamentais para um projeto futuro ali gestado: a ocupação do prédio de número 20 da rua Alcindo Guanabara, que veio a ocorrer dias depois do referido despejo. Tal sucesso, no entanto, não recaiu sobre outras ocupações que se alastraram pela região central da cidade do Rio de Janeiro ainda nos anos 2000. As ocupações Casarão Azul, Carlos Marighella, Machado de Assis e Quilombo da Guerreiras, dentre tantas outras, são alguns exemplos de ocupações urbanas que poderiam ter tido final feliz não fosse a atuação do poder público e as ambições do então prefeito, Eduardo Paes, que resolveu fazer de uma reorganização ampla da cidade sua alavanca política. Durante as remoções promovidas por ele foram desconsiderados, como de costume, os locais de estudo, trabalho, lazer, atendimento médico e tantos outros vínculos que os indivíduos estabelecem com o território.



Galpão/Garagem da Ocupação Manuel Congo (Fonte: Iterj)

A resiliência e a identificação de oportunidades em meio à adversidade são mais facilmente atingidos em grupo, enquanto um dá força ao outro: um comportamento de aldeia, onde o problema de um é um problema de todos; não por uma solidariedade romântica, mas pela simples constatação de que você não escolhe o companheiro de luta, aquelas são as pessoas e é com elas que se terá de conviver e lutar. E o bem coletivo depende da preocupação de todos com o bem-estar de todos, o

que não significa que não haja desentendimentos ou dificuldades de relacionamento. Um relato honesto pressupõe buscar repelir qualquer tentativa de idealização da pobreza ou da militância, o que é uma forma de demonstrar respeito pelas pessoas e pela realidade observada. “Foi a duras penas”, frisou Lurdinha em mais de uma oportunidade, “que as diretrizes do movimento foram estabelecidas”. Como dizer, então, que não há reflexão e produção de conhecimento no movimento social? Hoje posso dizer, sem sombra de dúvida, que Lurdinha e Janete podem ser consideradas intelectuais orgânicas; não que não houvesse outras e outros nas mesmas condições, mas elas eram minhas principais interlocutoras, além das principais líderes do movimento.

Outro aprendizado importante que destaco destas andanças foi que situações extremas e de conflito constituem o melhor lugar de observação das relações humanas. Quando o que está em jogo é a sobrevivência e a busca por um modo de vida digno, fica claro que a luta por cidadania corresponde necessariamente à luta pelo território. Qualquer política pública que ignore essa premissa não estará colaborando para a justiça ambiental, ao contrário, estará provavelmente a serviço do privilégio e da distinção social. Como afirmou Lurdinha, a luta que era por moradia, passou a ser também pelo saneamento básico, pela mobilidade urbana, pela igualdade racial e de gêneros, por segurança pública e alimentar, entre outras; dando a entender que os militantes do movimento de luta por moradia têm hoje a consciência da dimensão global de sua luta.

Nesse sentido - mesmo que essa percepção não esteja articulada por eles da forma que aqui proponho, já que o que eu busco é uma tradução entre mundos que por muito tempo estiveram distantes -, a concepção de sujeito não pode nunca estar apartada da ideia de natureza. Em outras palavras, à maneira deles, os militantes por moradia percebem mais cedo ou mais tarde que a maior opressão se traduz justamente na separação entre o ser humano e a terra e na redução do território à sua dimensão puramente espacial e desencantada, ignorando a dimensão simbólica presente em ambas as partes do conflito. Mas no caso dos desterrados, as consequências do “ecogenocídio”, na expressão do professor Arboleda, são ainda piores. São inúmeros os relatos das diversas formas de violências físicas e psicológicas sofridas pelos antigos moradores de ocupações por parte do poder público à época dessas remoções, que deixaram um legado de dor,

dívidas e relações sociais de toda uma vida desfeitas pelo deslocamento forçado de grandes contingentes populacionais, reeditando movimentos de diáspora e desagregação social⁷.

Essas observações corroboram o aporte teórico trazido pela Educação Ambiental Crítica (EAC) segundo o qual nós nos transformamos em seres humanos à medida em que nos relacionamos com o mundo, isto é, com outros homens e o meio que nos cerca. Dessa forma, é necessário, primeiramente, entender o lugar da educação na constituição do ser humano. A educação nesse sentido é mais do que só o processo de escolarização ou transmissão do conhecimento socialmente construído, tomando a forma do próprio processo de construção da humanidade e inserindo a EAC na discussão da relação sociedade-natureza. Tal relação é historicamente marcada por uma visão utilitarista, já que as relações sociais que ocorrem nos espaços tocados pelo capitalismo são marcados pela opressão e exploração da natureza e do trabalho, vistos como mercadoria. A superação dessas relações, por esse motivo, dependerá de nossa capacidade, enquanto espécie, de nos educarmos para a alteridade e para a solidariedade.

Aqui reside aquilo que chamo de uma “Educação Ambiental Pilintra”, que mais do que apenas uma crítica, evoca a sabedoria popular como solução para a crise social e política em que nos encontramos. O resultado da observação sob tal perspectiva tem apontado para uma direção na qual o purismo não tem lugar. Ou seja, que boa parte do estrago já está feito e há que se fazer o melhor com o que se tem. As grandes aglomerações urbanas modernas são uma realidade que a todo momento se impõe e tem um papel fundamental na consolidação da dominação abstrata do capital sobre o homem. Ocorre, no entanto, que tudo que nos resta é continuar vivendo, “fazendo de um limão uma limonada”, tornando a língua do opressor inteligível ao próprio opressor, ressignificando os totens da estrutura de poder, sem perder de vista nossa própria história, de modo a identificar na realidade objetiva elementos de aglutinação que propiciem a transformação da mesma, recuperando nossa ancestralidade. É nesse diálogo do passado com o presente que os seres humanos podem entender a si mesmos.

Uma conclusão de tal natureza adequa-se perfeitamente à tradição Adinkra, materializada na simbologia Sankofa. Esta última se mostra como uma tecnologia social sofisticada que se manifesta simbólica, linguística e artisticamente. A busca de movimentos de luta por moradia por

⁷ A reportagem a seguir faz parte do Projeto “100”, da Agência Pública, que é um conjunto de reportagens onde são narradas as histórias pessoais de 100 (cem) famílias vítimas do deslocamento forçado pela ação do poder público durante o período dos “Grandes Eventos”: <https://www.ecodebate.com.br/2016/07/27/as-expulsoes-olimpicas-deixaram-um-legado-difil-de-esconder/>

uma ancestralidade dispersa no ambiente, dessa forma, manifesta-se da mesma maneira como uma necessidade de afirmação de identidade. Não é à toa que no movimento social estudado é comum observarmos a busca de um passado de luta de comunidades afrobrasileiras e ameríndias como inspiração para resistência ao colonialismo que nos escraviza a todos. É isso que transforma Mariana Crioula e Manuel Congo em verdadeiros encantados que, como estrelas, iluminam o caminho e inspiram a luta contra o aprisionamento do corpo-território. A luta, dessa forma, é a mesma no campo ou na cidade, na aldeia, na reserva ou na ocupação urbana. Não existe opção senão cultivar, sem alarde e nos espaços possíveis, nossa velha esperança reintegradora e curativa. Creio que o movimento social tem me mostrado acima de tudo que disputar o estado ao mesmo tempo em que se disputa o dia a dia, a pequena história, é tarefa difícil, mas indispensável à sobrevivência. Compreender o mundo como totalidade é condição essencial, e por isso não podemos abrir mão da contribuição crítica marxiana. Atentando, por exemplo, para a especificidade brasileira, onde a colonização e sua forma de implementação e organização da produção através da escravidão, é diretamente responsável pela subserviência colonial que nos acomete até os dias atuais, e que tamanho horror e humilhação impõem ao povo brasileiro, com uma visão de si mesmo pautada, principalmente, pela pobreza da autoestima.

Por esse prisma, movimentos sociais como o MNLM constituem iniciativas pedagógicas importantes justamente por buscar incessantemente a autonomia dos indivíduos e seus territórios. Em outras palavras, colaboração e solidariedade são valores que, ao servirem de fundamento à ação social, dão às pessoas condições para gerir suas próprias vidas enquanto se dão conta de sua condição de agentes históricos. Destruir tais valores substituindo-os por outros, como competição e meritocracia, é o objetivo da expansão colonial que caracterizou a era moderna.

Diante do que foi exposto, a contribuição freireana se apresenta como indispensável a essa pesquisa, já que é Freire quem, em minha opinião, percebe de que forma o medo da humilhação nos conduz ao viralatismo e à subserviência, fazendo com que o sonho do oprimido seja transmutar-se em opressor. Foi a distinção social à moda brasileira - onde, através do dispositivo racial, se procura humilhar para fugir da humilhação - que o levaram à conclusão de que a principal luta de um povo se dá no campo emocional e da constituição de subjetividades. A cultura, a arte e a educação são, dessa forma, as únicas armas de que dispomos para pôr fim à barbárie, exigindo a transferência de tal perspectiva revolucionária ao método científico, que passa a não poder mais prescindir do movimento, já que “o mundo não é, o mundo está sendo”.

O estabelecimento de um diálogo franco e aberto entre indivíduos na esfera pública se apresenta como verdadeiro aprendizado a partir da experiência de luta, sendo fundamental para a formação do professor-pesquisador, que através da sua própria trajetória passa a se dar conta da necessidade da incorporação de outras linguagens e saberes para o processo de compreensão e transformação do mundo. Lembrando ao educador que, mais do que a transmissão do conhecimento, o que se espera dele é o testemunho de suas experiências. E que esse testemunho contribua para outros processos de criação de autonomia, aprendizados coletivos e individuais, além dos consequentes ganhos civilizatórios associados a esse comportamento. Esses ganhos, sem dúvida nenhuma, passam pela construção real da alteridade em nível mundial, sem a qual as atrocidades perpetradas pelo colonialismo jamais poderão ser reparadas.

Ocupações urbanas são iniciativas pedagógicas e, ao mesmo tempo, de sobrevivência, que surgem da tentativa de reencantamento do espaço, a exemplo do prédio desocupado ou da marquise sem graça” que ganha vida ao som do “tamborzão”, cuja célula rítmica, diga-se de passagem, é o Alujá, a conclamação à Xangô, deus do fogo, quando este baixa nos terreiros tomando os corpos de seus filhos e filhas. Não há dúvida. São pessoas de carne e osso que, no fim das contas, dão sentido às pedras dos edifícios e calçadas. Sendo assim, conquistar “na marra” um lugar para o estabelecimento de uma sociabilidade saudável e de livre experimentação e significação do mundo é, sim, uma vitória gigantesca sobre o colonialismo. Tais iniciativas pedagógicas devem, sim, ser incorporadas – o que não ocorrerá sem luta, mobilização e uma pedagogia rebelde e libertadora – à agenda do Estado, ao menos enquanto este existir.

Não se deve ignorar, é claro, a capacidade do Estado no estabelecimento da narrativa oficial, mas, reconhecendo seus limites, há que se criar mecanismos de circulação de formas narrativas alternativas que ocupem as frestas e espaços vazios deixados pela normatividade, contribuindo para o alargamento dos limites artísticos, simbólicos, estéticos e vitais que se manifestam espacialmente, permitindo um real salto civilizatório que leve a uma revolução moral e ética, com a devida incorporação de alteridade por parte das instituições sociais modernas, dominadas que são pelos valores hierarquizantes e conformadores do capital.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: n. 10, p. 210-234, maio-ago. 2003.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CALDART, R. S. Caldart, R. S. (2004). Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *Revista Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, V.2*. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.2i2.p3644>

DINIZ, Nelson. De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro. *e-metropolis*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/UFRJ. n 13, a. 4, p. 40-47, jun. 2013. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/95?name=de-pereira-passos-ao-porto-maravilha-colonialidade-do-saber-e-transformacoes-urbanas-da-regiao-portuaria-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em dez. 2020.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad.: Raquel Ramallete. - 42ª ed. - Petrópolis / RJ: Editora Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Ed: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla - 1ª ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2020b.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MATURANA, H. R. Uma abordagem da educação atual na perspectiva da biologia do conhecimento. In: MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 20-21.

NASCIMENTO, Luciene. Tudo nela é de se amar. - 1ª Edição - Rio de Janeiro: Estação Brasil: 2021.

PECHMAN, R. M. Pedra e Discurso: cidade, História e Literatura. Revista Semear, Rio de Janeiro, n. 3, [199-]. Disponível em: . Acesso em: janeiro de 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp.227-278

RAMA, Angel. A Cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil, mimeo, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SIMAS, Luiz A. e RUFINO, Luiz. Flecha no tempo. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIMAS. Luiz A. O corpo encantado das ruas. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SCHORSKE, Carl E. Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Colaboração de André Grillo et al. Belo

Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

WEBER M. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, apresentação entre outras contribuições de Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia de Letras, 2004.